



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LARYSSA PEREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: ANÁLISE DA PERSPECTIVA  
DOCENTE**

**RECIFE**

**2022**

**LARYSSA PEREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: ANÁLISE DA PERSPECTIVA  
DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciado/a em Pedagogia.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Maria Botelho

**RECIFE**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586e

Silva, Laryssa Pereira da

Educação Infantil antirracista: análise da perspectiva docente / Laryssa Pereira da Silva. - 2022.  
60 f. : il.

Orientadora: Denise Maria Botelho.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em  
Pedagogia, Recife, 2022.

1. Educação antirracista. 2. Educação Infantil. 3. Lei 10.639/2003. I. Botelho, Denise Maria, orient. II. Título

CDD 370

---

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**LARYSSA PEREIRA DA SILVA**

### **EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOCENTE**

Data da defesa: 05/10/2022

Horário: 09:00 horas

Local: Departamento de Educação – Bloco B – Sala 9B

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise Maria Botelho - Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Fabiana Cristina da Silva - Examinadora Interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Diego da Costa Vitorino - Examinador Externo

Resultado: ( X ) Aprovado/a

( ) Reprovado/a

Dedico este trabalho a todas as crianças negras, com a esperança de que cresçam amando cada parte de si e tendo orgulho de suas raízes. A todos os educadores, para que continuem o trabalho educativo com base no respeito e na valorização da pluralidade étnico-racial existente em nossa sociedade. À minha afilhada Cristal Danielle, a qual almejo ver crescer e florescer a cada dia. E em especial, à Laryssa criança, que se auto rejeitava em função de um aceitamento social, mas que hoje floresceu, e com um sorriso no rosto abraça a si mesma de corpo e alma.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora, professora Denise Maria Botelho, a qual abraçou a mim e ao meu projeto, me levando por um caminho de conhecimentos e de autoconhecimento.

Às quatro educadoras que aceitaram participar desta pesquisa. Às amizades que ganhei ao longo desses cinco anos: Emilayne Fabíola, Maysa Matias, Roberta Carolina e Rossana Batista.

E as minhas amigas Ingryd Silva e Rayane Brenda, as quais sempre torceram por mim e me apoiaram e incentivaram ao longo de todo meu trajeto acadêmico.

*Sua pele é como pérolas  
A melhor coisa do mundo  
Nunca troque você por mais ninguém*

**(Brown Skin Girl - Beyoncé)**

## **RESUMO**

Dentro de uma sociedade racista, a preocupação com a formação das crianças se faz presente tendo em consideração que elas refletem o que, e quem, está à sua volta. Na medida em que a inclusão e o respeito à diversidade são colocados em prática no ambiente escolar, crianças negras podem finalmente sentirem-se abraçadas, iniciando na escola com o olhar para o mundo. Dessa forma, esta pesquisa apresenta uma análise da percepção de professoras em relação a uma educação antirracista na educação infantil. Encontrando-se dentro da perspectiva qualitativa, este estudo de caso, traz para reflexão, a partir de uma base teórica com referências de Kabengele Munanga, Djamila Ribeiro e Eliane Cavalleiro e das entrevistas, a importância do conhecimento e do trabalho de uma educação para as relações étnico-raciais dentro do ensino infantil. A partir dos relatos, pôde-se concluir que existe a preocupação com a educação antirracista, porém ainda existe um longo caminho até chegarmos a práticas adequadas tanto dentro da sala de aula quanto na escola como um todo.

**Palavras-chave:** Educação antirracista. Educação Infantil. Lei 10.639/2003.

## **ABSTRACT**

Within a racist society, the concern with the formation of children is present taking into account that they reflect what, and who, is around them. As inclusion and respect for diversity are put into practice in the school environment, black children can finally feel embraced, starting at school with an eye on the world. Thus, this research presents an analysis of the perception of teachers in relation to an anti-racist education in early childhood education. Finding itself within the qualitative perspective, this case study brings to reflection, from a theoretical basis with references from Kabengele Munanga, Djamila Ribeiro and Eliane Cavalleiro and from interviews, the importance of knowledge and work of an education for the ethnic-racial relations within early childhood education. From the reports, it was possible to conclude that there is a concern with anti-racist education, but there is still a long way to go until we reach adequate practices both within the classroom and in the school as a whole.

**Keywords:** Anti-racist education. Child education. Law 10.639/2003.



## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> – Sondagem inicial de trabalhos acadêmicos relacionados a esta temática. Plataformas de pesquisas científicas.....	<b>14</b>
<b>QUADRO 2</b> – Sondagem inicial de trabalhos acadêmicos relacionados a esta temática. Reservatórios de universidades.....	<b>15</b>
<b>QUADRO 3</b> – Perfil das participantes.....	<b>32</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

EI – Educação Infantil

EPEPE - Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PPP – Projeto Político Pedagógico

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I: TEORIAS, NEGRITUDES E EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>17</b>
1. O SER NEGRO E AS DIFICULDADES DO RACISMO.....	17
2. AS LUTAS NEGRAS PELA EDUCAÇÃO: LEI Nº 10.639/2003.....	19
3. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	21
4. A ESCOLA COMO UM AMBIENTE FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS.....	24
<b>CAPÍTULO II: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....</b>	<b>28</b>
1. A PESQUISA .....	28
2. PROCEDIMENTOS.....	30
3. METODOLOGIA.....	30
<b>CAPÍTULO III: DADOS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....</b>	<b>32</b>
1. RELATOS DOCENTES.....	32
1.1 O ser negro e o racismo no Brasil.....	33
1.2 Pertencimento étnico-racial.....	35
1.3 Situações de discriminação.....	37
1.4 Educação das Relações Étnico-Raciais na graduação.....	39
1.5 Educação antirracista na educação infantil.....	41
1.6 Educação antirracista e a formação das crianças.....	44
1.7 Considerações finais das professoras.....	47
2. ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS.....	47
2.1 Instituição privada.....	48
2.2 Instituição municipal.....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>59</b>
Protocolo de identificação.....	59
Roteiro de entrevista.....	59
<b>ANEXOS.....</b>	<b>60</b>
Termo de consentimento livre esclarecido.....	60

## INTRODUÇÃO

*A fuga da negritude tem sido a medida da consciência de rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade.*

*(Sueli Carneiro)*

O Brasil é um país bastante diversificado em relação à sua população. Brancos, pretos e indígenas são as principais etnias que compõem o território brasileiro, e esta diversidade é resultado de anos e anos de história. Os pretos e pardos possuem uma grande porcentagem dentro da população brasileira. Em 2020, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas cresceu, sendo um aumento de 36% para pessoas pretas e 10% para pessoas pardas. Acredito que este avanço se deve pelos movimentos levantados pela população negra com a finalidade de que sua voz seja ouvida, de que sua história seja devidamente contada e seu povo respeitado. Essa luta por respeito, igualdade e espaço é antiga, mas com o desenvolvimento da globalização e a gradativa ocupação do lugar de fala, tem-se conseguido que o olhar da sociedade mudasse em relação a população afrodescendente.

Desde a invasão dos grupos europeus na África, dando início a comercialização de seus corpos e bens, exemplo aqueles que foram trazidos para o Brasil, pessoas pretas passaram a receber um olhar discriminatório e inferiorizado perante esses povos, os quais tinham em sua predominância pessoas brancas. Mesmo com a assinatura da abolição em 1888, essa visão se perpetua até os dias atuais. As marcas deixadas permanecem em nossa sociedade cotidianamente retratadas no racismo, no preconceito, na discriminação e na intolerância sofrida pela a população negra.

Nos últimos anos, é perceptível um crescimento de destaque da cultura e estética negra, mas ainda assim, há muito o que se fazer para superar e acabar de vez com o restringimento que ainda insiste em ser colocado sob o ser negro. Com isso, a questão da representatividade é fundamental dentro do nosso corpo social, que é banhado por uma imagem embranquecida, para que as pessoas possam se identificar, se verem como negros e terem orgulho de sua cor, de sua ancestralidade e sua cultura. Entretanto, de acordo com o antropólogo e professor Kabengele Munanga, se identificar como negro no Brasil é um caminho complexo, visto que:

[...]num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. (MUNANGA, 2004, p.52)

Pela dificuldade ainda encontrada por pessoas pretas ao assumirem seu pertencimento étnico-racial, a representatividade entra como uma ferramenta importante na luta pelos direitos e espaço dessas pessoas. Na mídia, no mercado de consumo, o que mais se encontram são modelos, visuais, produtos voltados, em sua maioria, para pessoas brancas, o que faz com que, quem é negro olhe tudo isso e não se sinta parte, gerando assim, um sentimento de exclusão. Na contemporaneidade, há um destaque maior para o público negro, na música, na mídia televisiva, na moda, na estética, e isso fortalece a autoestima e a autoaceitação da identidade negra.

Contudo, o racismo ainda insiste em permanecer. A ridicularização do fenótipo de pessoas negras continua sendo propagada de maneira cruel entre homens, mulheres e crianças, por não pertencerem ao que é denominado “padrão” ou ao que é “belo”. É como traz Batista (2016), quando trata do assunto da estética negra. Este padrão se enraizou de forma tão profunda em nossa sociedade, que para aqueles que não possuem a imagem estabelecida na sociedade o correto é se misturar, procurar formas de se “encaixar”, deixando de lado o seu verdadeiro eu. E aqueles que são negros, mas possuem uma tonalidade de pele mais clara, ficam naquele lugar de “aceitação”, todavia, com um olhar de menosprezo.

Tudo isso traz muita dificuldade para o desenvolvimento e convivência em sociedade, principalmente quando o alvo são crianças. A escola é um ambiente bastante propício para o desenrolar de diversas temáticas sociais, e uma delas é enfrentamento ao racismo e a valorização da identidade negra. A educação das relações étnico-raciais passou a ter um destaque nas salas de aulas após a promulgação da lei nº 10.639, que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ao inserir o ensino obrigatório da história e cultura africana e afro-brasileira, contemplando a história e luta dos negros na África e no Brasil, sua cultura e importância na construção da sociedade brasileira. (BRASIL, 2003).

Este foi um passo importante para a educação, todavia, cabe ao docente saber abordar e levar estes temas para sala de aula. Um meio para isto é a literatura. A literatura infanto juvenil, surgiu no Brasil para atender a classe mais alta e, mesmo assim, não deu conta da diversidade existente em nosso país. Oliveira (2008), apresenta o surgimento da introdução de personagens negros na literatura infanto juvenil a partir da implementação da lei 10.639/2003, destacando

não só essa introdução, mas também a importância de quebrar os estereótipos sob a imagem da pessoa negra, visto que:

5) alguns personagens negros são imersos em um universo de doença, subsistência, fome, morte, perseguição, solidão, rejeição, inferiorização, mas, também, de coragem, luta, integridade, criatividade, esperança, perseverança e resistência; 6) os brancos simbolizam a superiorização, proteção, perseguição, bondade, maldade, instrução e poder. Eis algumas palavras a serem redimensionadas nas tramas das estórias, eis as fendas que se abrem nas publicações literárias de 1979 a 1989. (OLIVEIRA, 2008, p.4)

A literatura é apenas uma das diversas ferramentas utilizadas em sala de aula que podem auxiliar no combate ao racismo, na formação de cidadãos que respeitem as diversidades raciais e saibam viver em sociedade. Por isso, a escola precisa estar aberta para receber todas as crianças, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, e fazer com que elas aprendam a valorizar a si mesmas e respeitem o próximo.

Diante disso, esta pesquisa buscou sondar pesquisas acadêmicas que tratem de uma educação antirracista na educação infantil, utilizando as seguintes palavras-chave como indexadores: crianças negras, identidade, representatividade e educação infantil.

**Quadro 1 – Sondagem inicial de trabalhos acadêmicos relacionados a esta temática. Plataformas de pesquisas científicas.**

<b>Plataforma</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Resultados gerais</b>	<b>Resultados dentro das especificidades desta pesquisa</b>
Portal de Periódicos CAPES/MEC	Crianças negras; Identidade; Representatividade; Educação Infantil	95	01
Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as)	Crianças negras; Identidade; Representatividade; Educação Infantil	127	08
Biblioteca da ANPED	Crianças negras; Identidade; Representatividade; Educação Infantil	207	05
COPENE Nordeste (Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste)	Crianças negras; Identidade; Representatividade; Educação Infantil	75	02
Scielo	Crianças negras; Identidade; Representatividade; Educação Infantil	103	08

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

**Quadro 2 – Sondagem inicial de trabalhos acadêmicos relacionados a esta temática. Reservatórios de universidades.**

<b>Instituição / Plataforma</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Resultados gerais</b>	<b>Resultados dentro das especificidades desta pesquisa</b>
UNICAMP	Educação; crianças negras; identidade; relações étnico-raciais; racismo	27	03
UFBA	Educação; crianças negras; identidade; relações étnico-raciais; racismo	85	01
Universidade de São Carlos	Educação; crianças negras; identidade; relações étnico-raciais; racismo	129	02

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Ambos os quadros trazem dois resultados, pois eles trazem destaque para o recorte específico feito durante as sondagens, demonstrando assim, os poucos trabalhos acadêmicos que buscam discutir a educação das relações étnico-raciais dentro da educação infantil.

Diante destas tabelas, pode-se perceber o quanto ainda é escasso pesquisas acadêmicas voltadas para o trabalho das relações étnico-raciais dentro da educação infantil, quando se faz de suma importância levantarmos esta questão durante nossa formação docente, tendo em vista que, iremos lidar com crianças que em um futuro muito próximo serão os adultos contribuintes para a continuação da construção da nossa sociedade.

Dessa forma, a presente pesquisa volta-se para o meio educacional, sendo inspirada em três pontos. O primeiro, foi a vivência no minicurso “Literatura infanto juvenil afro-brasileira como possibilidade de fortalecimento e empoderamento das identidades de meninas/mulheres negras”, oferecido durante o evento do 7º Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco (EPEPE) na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no ano de 2018. O segundo ponto, foram as experiências e observações obtidas em estágios não obrigatórios, em uma creche e um CMEI municipal da cidade do Recife. E por fim, o terceiro ponto, refere-se as vivências pessoais da pesquisadora.

Atualmente, como uma mulher negra se descobrindo a cada dia, a qual não teve oportunidades de ser reconhecida e de se aceitar durante a infância e a adolescência, e dando



passos para ser uma educadora, almejo com esse trabalho, trazer os holofotes para o trabalho pedagógico na primeira infância e a importância de trabalharmos desde cedo com as crianças, sendo elas negras ou não, as questões raciais para uma educação antirracista, levando o respeito às diversidades étnico-raciais e fortalecendo o combate ao racismo.

A relevância de tratarmos as questões raciais na EI, parte da necessidade de que se tenha um trabalho nas salas de aula que leve uma representatividade positiva da população negra, fazendo com que as crianças pretas se reconheçam e se valorizem como tal. Onde meninas e meninos aceitem suas características, como seus cabelos crespos ou cacheados. Para que saibam que elas(es) não precisam seguir um “padrão” e que podem, e devem, ser livres para serem como são.

Isto posto, pretende-se com esta pesquisa compreender a percepção docente sobre educação das relações étnico-raciais na educação infantil. Ao entrevistar profissionais da rede pública e privada do Recife pretende-se responder a seguinte questão: As professoras se preocupam com questões raciais pensando em uma prática que visa a construção positiva da identidade de alunos e alunas negras na Educação Infantil? Assim sendo, buscou-se:

- ❖ Examinar os relatos de quatro docentes da Educação Infantil;
- ❖ Analisar como o trabalho pedagógico pode contribuir para uma educação antirracista;
- ❖ Refletir sobre a importância de uma educação antirracista na Educação Infantil.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro, busca contextualizar o objeto de estudo utilizando-se de bases teóricas, debatendo sobre a temática de uma forma macro até a micro. O segundo capítulo, traz o caminho metodológico seguido nesta pesquisa, quais métodos e instrumentos utilizados para colher os dados necessários para a obtenção da resolução do problema inicial. Por fim, o terceiro e último capítulo, traz a discussão dos dados coletados, levando a reflexão acerca das respostas das entrevistas realizadas, assim como, da análise dos PPP's.

## CAPÍTULO I: TEORIAS, NEGRITUDES E EDUCAÇÃO INFANTIL

*Quando qualquer pessoa no Brasil fala em racismo, qual é imagem humana que geralmente lhe vem logo de cara à mente? Acertou: é a do negro. Por que isso acontece? Por que o negro é a vítima maior do racismo praticado neste imenso país? Existe alguma relação entre a escravidão imposta ao negro e o racismo sofrido por ele?*

*(Antônio Olímpio de Sant' Ana)*

Neste capítulo, vamos discutir sobre a história da população negra dentro do corpo social brasileiro, suas lutas e conquistas dentro da educação, e como as instituições de ensino, especificamente as de educação infantil, se relacionam com a abordagem de questões raciais dentro da sala de aula, levando em consideração a lei nº 10.639/2003.

### 1. O SER NEGRO E AS DIFICULDADES DO RACISMO

Assim como mencionado na introdução desta pesquisa, ainda há dificuldade em se colocar como uma pessoa negra em nossa sociedade. Apesar de mais de 50% da população brasileira ser negra, ainda vemos um certo bloqueio para que haja o reconhecimento do ser negro, não é apenas uma questão de ser, mas de se reconhecer e, principalmente, de se aceitar. As marcas históricas que acompanham a trajetória da população negra contribuem para esta questão, a visão eurocêntrica, vista aqui como um paradigma, é uma das principais.

Historicamente, a população negra possui um caminho que perpassa pelo sofrimento, pela tortura e pela discriminação a partir do que foi chamado “colonização”, termo este, utilizado para conceituar a chegada de europeus em lugares por eles desconhecidos, exemplos disso são a África e o Brasil. A colonização é descrita como o ato de descobrir, explorar e povoar um local novo, para Silva e Silva (2009) o termo colonização está relacionado com o ato de preencher um novo local com cultura e costumes já existentes em outros lugares. Eles trazem dentro do conceito a ligação com uma “categoria histórica”, visto que, seu conceito ultrapassa diferenciados momentos e sociedades. Entretanto, nos casos citados anteriormente as palavras que melhor se encaixam são exploração e escravização.

Após séculos de trabalho forçado, sem nenhum tratamento ou condições adequadas de trabalho e sem direitos, no dia 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assina a Lei Áurea, a qual aboliu a escravidão no Brasil. Este é considerado um fato histórico e bastante mencionado nas salas de aula do nosso país, porém, não com as aplicações adequadas. Após a abolição, pessoas negras tiveram direito a sua “liberdade”, contudo, não havia o que fazer com ela, visto que, a pessoa negra ainda era vista com inferioridade e discriminação por aqueles que se diziam superior, não tendo assim, a oportunidade de construir uma nova vida com qualidade.

Constata-se que a lei abolicionista não possibilitou a cidadania para a massa de ex-escravos e de seus descendentes. A partir da promulgação da lei, os ex-escravos e seus descendentes foram segregados social e economicamente. (CAVALLEIRO, 2021, p. 28)

Entretanto, não podemos nos deixar levar apenas pelo lado da escravidão e subalternação. Muita luta e resistência marcam a história da população negra. A Constituição de 1988 é uma grande conquista do movimento negro pelo reconhecimento de seus direitos. A criminalização do racismo no Brasil foi um passo importante que se deu mediante a resistência e luta pela vida e por direitos. Luta esta que permanece até os dias atuais. Segundo Brasil (1988, apud TEIXEIRA, 2017, p.270) o:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Todavia, infelizmente não foi o suficiente para erradicar todos os crimes de racismo.

Por mais que uma “democracia racial”, a qual idealiza uma sociedade igualitária, onde todos, independentemente de raça, gênero e etnia possuem os mesmos direitos e tratamentos, seja dada nos termos da lei, acaba por ser nada mais do que uma utopia vendida como verdade para distorcer a realidade enfrentada. Cavalleiro (2021), apresenta a democracia racial como algo que vem a dificultar a vivência da pessoa negra em nossa sociedade, tendo em vista que, seu uso se torna um meio de mascarar e ignorar todo e qualquer tipo de embate étnico, o que acaba por não auxiliar a luta da população negra pelos seus direitos.

Com isso, o que realmente se faz necessário são medidas concretas que auxiliem no enfrentamento do racismo e da discriminação, medidas estas que devem compreender todas as

esferas sociais e políticas. Nascimento (1998), trata da “ação afirmativa” ou “ação compensatória”, que fornece os devidos direitos a educação, saúde, moradia e emprego de forma verdadeiramente democrática para toda população, sem exceções, principalmente, incluindo e integrando a população considerada discriminada. Em suas palavras:

Por meio deles, o Estado, a universidade e as empresas podem não apenas remediar a discriminação passada e presente, mas também prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva, aberta à participação igualitária de todos os cidadãos. (NASCIMENTO, 1998)

Apesar disso, mediante toda a trajetória de luta e reivindicações, ainda não há medidas satisfatórias que possam de fato combater toda injustiça sofrida. Carlos (2010), argumenta que mesmo com todos os movimentos através de mecanismos de autoafirmação e ações de combate à discriminação racial, aos olhos do Estado, da elite e do poder público, todas estas manifestações passam despercebidas. O que acontece é que, o que se faz é apenas falar, prometer e idealizar para a sociedade, mas por trás, quando falamos da realidade, não acontece nada, e a cada dia uma injustiça, um crime, um ato racista acontece e não há medidas concretas para combater.

## 2. AS LUTAS NEGRAS PELA EDUCAÇÃO: LEI Nº 10.639/2003

Após diversos debates em relação a inclusão da história africana e afro-brasileira na educação, em 9 de janeiro de 2003 veio a promulgação da Lei Nº 10.639, a qual fica constatado o ensino da história africana e afro-brasileira, contemplando a história, a cultura e sua importante contribuição para a formação da sociedade brasileira.

A relação entre a população negra e a educação possui uma trajetória com avanços gradativos, iniciando pela Constituição de 1988 a qual trouxe as questões raciais para o meio político e social, até a promulgação da Lei Nº 10.639/2003. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei 9.394/1996) estabeleceu uma educação que contemple a diversidade existente no país, proporcionando um lugar de reconhecimento para esta população. O artigo 26-A da LDB estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura da população afro-brasileira e de povos indígenas. Dessa forma,

Os objetivos da educação das relações étnico-raciais são possibilitar o reconhecimento de pessoas negras na cultura brasileira a partir de seu próprio ponto de vista, promover o conhecimento da população brasileira sobre a história do Brasil com a visão de mundo da população negra, formar os professores para ministrarem disciplinas que contemplem a perspectiva negra na história, cultura e sociabilidade do país assim como que saibam combater e discutir sobre o racismo e seus efeitos (dentro e fora do ambiente escolar), e

finalmente propiciar a reeducação para relações étnico-raciais plurais e diversas. (NEGREIROS, 2013, p. 41)

Entretanto, a promulgação da lei não é garantia de que seu desenvolvimento em salas de aula se dê de forma adequada. Ainda por Negreiros (2013), a aplicação da educação das relações étnico-raciais dentro da sala de aula sofre uma certa escassez devido a despreparação das escolas e dos docentes, algumas instituições nem chegam a incluí-la no currículo, e as que inclui, não a aplicam de forma adequada. Aqui se faz necessário enfatizar a importância de uma formação que contemple as necessidades voltadas para a diversidade étnico-raciais, neste caso, estamos falando do meio mais fundamental dentro da sociedade que é a educação. A autora cita dois programas, a Uniafro e a Africanidades, ambos sendo voltados para a formação docente dentro da educação das relações étnico-raciais proporcionando uma formação na qual o docente possa lidar e desenvolver adequadamente as questões étnico-raciais de maneira consciente, e que façam jus ao ato de combater o racismo e a discriminação. Entretanto, a falta de preparo das instituições e do corpo pedagógico em relação à educação das relações étnico-raciais dificulta a aplicação da lei nas escolas.

Porém, muito antes de chegar na educação básica, a discussão da população negra dentro do âmbito educacional deve ser dada. Dentro da história da educação brasileira, podemos conhecer e compreender os passos que foram dados para construção de nossa sociedade, entretanto, há algumas lacunas a serem preenchidas. Se pararmos para analisar são poucos os detalhes que mostram e contam a população afro-brasileira dentro desta história, a dominação do espaço de fala se faz por conta de brancos que falam sobre si e sobre os outros, e é neste ponto que está o problema.

Para que a história de uma população seja devidamente contada se faz necessário que a pessoa que pertença a esse grupo a conte. O conhecimento da população afro-brasileira dentro da história da educação brasileira acaba por ser pouco notório, visto que, a própria história da educação brasileira deixa aspectos importantes de lado, como a diversidade cultural e racial existente neste país.

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (CRUZ, 2005, p.23)

A crescente evolução da ciência nos permitiu fazer pesquisas acadêmicas que contribuíssem com a construção de conhecimento, diversos são os temas e objetos de estudo os quais permeiam a sociedade de forma política e social. Contudo, se fazem poucos os indícios de

pesquisas referentes a temáticas envolvendo negros e educação. Atualmente, este número sofre um avanço considerável devido a globalização e o avanço significativo da voz da população negra e seu lugar de fala. Ainda assim, Cruz (2005), traz uma reflexão acerca da falta de trabalhos acadêmicos voltados para esta temática, pois, o domínio eurocêntrico ainda se faz muito presente no meio acadêmico, dificultando assim, o interesse e a elaboração de pesquisas.

Esse domínio causa o que Ribeiro (2019) vem a colocar como “epistemicídio”, que nada mais é do que “[...] o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos”. (p.61) E eis o questionamento, como um(a) professor(a) irá trabalhar questões raciais em sua prática docente se durante a sua formação acadêmica não lhe foi dado o exemplo?

### 3. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Quando se fala de educação das relações étnico-raciais relacionamos o seu ensino do fundamental ao superior, porém, esta pesquisa busca estas questões dentro da educação infantil, a qual abraça o início da vida escolar. A EI nem sempre teve espaço dentro das discussões relacionadas à educação escolar, foi apenas a partir da Constituição de 1988 e da LDB de 1996 que ela pôde receber o destaque e relevância que merece. Muito disso, se deve ao olhar que a sociedade tinha em relação à educação da criança, a qual era voltada mais para o cuidado do que para o pedagógico. Luz (2008), trata do surgimento das instituições de educação infantil, as quais foram estabelecidas para que as crianças fossem cuidadas, sem nenhuma relação educacional e pedagógica. Entretanto, esse cuidado era especificamente para a creche, destinada a crianças de origem pobre. Já a pré-escola, era encarregada de receber crianças oriundas de uma classe mais alta.

Nas creches prevaleciam as ações de cuidado, prioritariamente aquelas ligadas à higiene e à alimentação das crianças. Já nos jardins e pré-escolas predominavam as ações pedagógicas e pretendia-se preparar as crianças de 4 a 6 anos para o ingresso na escola. (LUZ, 2008, p. 13)

Se no geral as crianças já sofriam com negligências educacionais, para crianças negras era ainda pior. No tempo da escravidão, eram obrigadas a deixar de lado o direito de viver uma infância plena, pois, eram submetidas ao trabalho desde muito cedo. A Lei do Ventre Livre 2.040/1871, declarava que toda criança nascida tinha o direito à “liberdade”, entretanto, trago aqui uma liberdade mascarada, pois suas vidas ainda seguiam sendo propriedade dos senhores, o que as impedia de crescer em liberdade plena e se desenvolverem adequadamente.

[...] o filho da escrava devia cedo aprender as duras leis da escravidão, devia trabalhar para existir e para ser reconhecido como bom escravo, obediente e eficaz. Para os seus senhores, somente sua força de trabalho os distinguiu do resto da escravaria adulta. (ZERO, 2003, p.4)

Portanto, a etapa da educação infantil vem como uma forma de garantir o direito à infância, um direito baseado na educação, no cuidado e na plena formação de todas as crianças como um indivíduo social. É uma etapa significativa na formação de uma criança pois nela irá desenvolver suas primeiras características de personalidade, sua identidade, suas habilidades e a construção do conhecimento de si e do mundo externo.

Depois da Constituição de 1988 e da LDB nº 9.394/1996, os debates sobre a educação infantil começaram a ganhar destaque, o que resultou em uma genuína preocupação com o ensino dentro das instituições de EI. Disso, surgiu a necessidade de orientações pedagógicas para esta etapa da educação básica. Orientações estas, que podem ser encontradas na BNCC e em outros documentos para a educação.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil – RCNEI (1998) é um bom exemplo, veio para orientar os profissionais de educação que estejam envolvidos neste universo. Seus exemplares trazem questões importantes para a formação e convivência da criança dentro da instituição escolar, abraçando o cuidar e o educar. Outro documento, é as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), que trata de objetivos, princípios, propostas, organização e avaliação para a educação infantil. Ambos os documentos, são norteadores bases para o trabalho pedagógico com a primeira infância.

Agora, como a educação infantil se relaciona com a educação das relações étnico-raciais? Nos volumes 1 e 2 do RCNEI, podemos ver tópicos voltados para o respeito à diversidade, esta, sendo abrangida a cultura, religião, etnia, gênero, etc. Este respeito, enfatiza a convivência social entre as crianças, ao seu conhecimento do outro, assim como, em relação aos adultos que a cercam, sendo familiares e professores. A ênfase ao respeito e a diversidade perpetua por todas as etapas de ensino, porém, dentro da EI, se faz necessário salientar o quanto é importante promover desde cedo, pois a criança tende a refletir em si os atos dos adultos. Por isso, “Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição.” (BRASIL, 1998, p.41)

Na DCNEI, podemos encontrar a inclusão das relações étnico-raciais em três pontos. O primeiro, é quando se trata da Organização de Espaço, Tempo e Materiais, nele temos os pontos que uma instituição de EI precisa se atentar para oferecer um ambiente de qualidade para as

crianças, e pode-se encontrar o seguinte: “A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América”. (BRASIL, 2010, p. 20) Passando para o ponto seguinte, temos Proposta Pedagógica e Diversidade, que diz o que as propostas devem assegurar: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”. (BRASIL, 2010, p. 21) E no último, em Práticas Pedagógicas da Educação Infantil, encontramos os eixos norteadores para as experiências das crianças nestas instituições, e entre eles temos:

Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade; [...] Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras; (BRASIL, 2010, p. 26-27)

Esses documentos mostram que a educação das relações étnico-raciais faz parte do regimento pedagógico da educação infantil, visto que, a educação das relações étnico-raciais se faz necessária para auxiliar na formação e desenvolvimento das crianças de forma que elas compreendam a diversidade existente em sua sociedade e saibam reconhecer e respeitar estas diferenças. Há quem pense que crianças de 0 à 6 anos não tem consciência de seus atos, porém, ao reproduzir determinada ação, a criança pode assimilar o significado da mesma, dessa forma, uma educação que valorize as diferenças é o meio para que elas aprendam a conviver em sociedade de forma responsável.

Em 2014, foi lançado o livro História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil, nele há questões voltadas para o docente de maneira que inclua em sua prática pedagógica a cultura e a história negra, fortalecendo a identidade de crianças negras e proporcionando um ambiente que respeite as diferenças. Todavia, uma educação voltada para a história e cultura negra não envolve apenas crianças negras, pois:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004, p.17)

Desse modo, a educação das relações étnico-raciais se dará de forma completa, levando em consideração a identidade cultural de todos os envolvidos. Contudo, a escola deve ter em mente que há uma maior necessidade de atenção para aqueles que são marginalizados constantemente, e se questionar: De que forma estamos colaborando para a construção da identidade dessas crianças?



#### 4. A ESCOLA COMO UM AMBIENTE FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS

A escola é fundamental para que possamos ter conhecimento e dar lugar a aqueles que querem fazê-lo, no entanto, há quem veja a escola como uma fábrica que possui a finalidade de formar pessoas para o mercado de trabalho e cumprir seu papel social. É importante entender que o papel social requer a espera de uma resposta coerente, pois se trata de normas, regras e deveres. Um sujeito cumpre um papel social na medida em que colabora para a organização coletiva ao desempenhar as funções esperadas. É importante ressaltar, que os papéis sociais são impostos ou pré-determinados pela sociedade, são como padrões que vão se incluindo em nossa rotina até que se unem ao nosso próprio modo de vida e se integram à nossa identidade.

Ciampa (1989), diz que “Diferença e igualdade. É uma primeira noção de identidade. Sucessivamente, vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais que fazemos parte”. (p.63) É natural do ser humano desejar participar de grupos sociais, seja na escola, no trabalho, na igreja, etc., isso nos dá uma sensação de que estamos sendo percebidos pelo outro, pois, nós passamos a conhecer a nós mesmos quando estamos em contato com o reconhecimento dos indivíduos ao nosso redor. A identidade leva-nos a expressar e a comunicar para a sociedade aquilo que somos, nos tornando assim, seres únicos, com uma compreensão própria do meio externo.

Para Cavalleiro (2021), a identidade

[...] é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito. [...] é concebida como um processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo. (p. 19)

Esse processo inicia-se desde a infância, dentro do ambiente familiar até chegar nas relações sociais, nas quais, além de reconhecer-se também é reconhecido, e assim, cada vivência vai agregando nesta construção. A identidade de um indivíduo carrega as influências do meio em que vive, abraçando sua história, sua crença, sua etnia. Dessa forma, a construção da identidade da criança precisa ser considerada dentro do que ela é e não do que ela deve ser com a finalidade de se “encaixar” na sociedade. E diante disso, como fica a construção das identidades de crianças negras?

Em vários aspectos e situações vemos a imagem branca sendo reconhecida como a ideal, o que favorece a identidade daqueles que se adequam, mas influencia negativamente na identidade de outros. Por isso, a quebra de padrão deve ocorrer, e por isso, a representatividade

se faz necessária. Diversas crianças hoje em dia estão tendo a oportunidade de se enxergarem em variadas profissões e situações dentro da sociedade, devido a luta por espaço da população negra. Um grande exemplo disso, com toda certeza, é a produção do filme *Pantera Negra* (COOGLER, 2018), o filme conta com o grande peso de um elenco negro, trazendo a história de um super-herói, igualmente negro, o que proporciona para muitas crianças e para toda a população negra uma grande representatividade. O filme, recorde de bilheteria e vencedor do Oscar, trouxe para nós dentro de seu enredo a importância de um povo que foi, e continua sendo renegado pela sociedade. Wakanda, cidade fictícia onde o filme se passa, representa uma utopia de um mundo onde negros podem ter a liberdade de serem quem são, com suas culturas e crenças, mas ao mesmo tempo, trazendo esperança para uma convivência social universalizada que seja baseada no respeito e na justiça.

E como entra a escola nesta questão? As instituições de ensino devem estar abertas para aceitar e contribuir com uma formação que contemple as diversidades que existem em nosso meio social. Entretanto, há um questionamento: será que as escolas estão preparadas para abraçar esta diversidade? Pereira (2005), traz este questionamento voltado especificamente para questões étnicas e culturais, seu pensamento explicita uma preocupação com o que a escola deve fazer em relação a estes pontos e o que a sociedade impõe quando diz que:

[...] a maioria dos agentes educacionais insiste em permanecerem cegos, surdos e mudos à exuberante diversidade de sua clientela, e culpando a grande maioria por não se encaixar nos padrões cognitivos, afetivos, estéticos e comportamentais requeridos [...]. (PEREIRA, 2005, p.38)

Durante a leitura para fazer o embasamento desta pesquisa, deparei-me com o seguinte depoimento em forma de citação que não pude deixar passar despercebido, feito por Brito. R. B. Brito (1997 apud PEREIRA, 2005, p.38-39) que diz:

Professora planejando as atividades da Semana Santa pergunta aos alunos: Vamos fazer um teatro sobre a paixão de Jesus Cristo. Para tal, precisaremos de um aluno que se disponha a fazer o papel de Jesus. Quem topa? A.A.B., criança negra, extrovertida, responde: Eu topo. Silêncio absoluto. Ninguém diz nada, nem as outras crianças brancas, nem a professora. Após cinco segundos é o A. quem quebra o silêncio: Pode deixar, não quero ser mais não!! A professora contou o episódio para a vice-diretora pedindo que não contasse o ocorrido com os pais do aluno, pois a mesma afirma ter ficado desarmada, sem saber o que falar. (p. 57)

Este é um grande exemplo que nos mostra o quanto a escola e os docentes encontram-se em total despreparo para atuar em situações discriminatórias, mesmo que estas sejam de pequena escala, respondendo assim, ao questionamento feito anteriormente. A partir desta situação, podemos perceber o quanto pequenos atos, ou até mesmo a falta deles, podem levar uma criança a criar em si um complexo de inferioridade tomando para si a situação e culpando-se por não

poder atender às expectativas. Os atos de racismo e discriminação nas escolas são mais frequentes do que possamos imaginar, são pequenos atos recorrentes que vão levando a formação da criança para um lado negativo de si e do mundo. Por isso, o papel do(a) educador(a) é tão importante, pois:

Manifestar-se contra as formas de discriminação é uma tarefa da educadora, que não deve se omitir diante das violações de direitos das crianças. Mobilizar-se para o cumprimento desses direitos é outra ação necessária. Essas atitudes são primordiais às educadoras que buscam realizar a tarefa de ensinar com responsabilidade e compromisso com suas crianças. (BRASIL, 2006, p.32)

Por essa razão, a escola se torna um espaço fundamental na luta contra o racismo e discriminação da pessoa negra, o professor possui um papel importante na formação da identidade da criança, por isso, deve-se atentar a estas questões de forma consistente. O que a sociedade exclui a escola pode incluir e se fazer valorizar. Dentro da prática pedagógica pode-se usar estratégias que incluam uma representatividade negra, sem estereótipos, a fim de valorizar aquelas crianças que não se enxergam em imagens de protagonismo porque não possuem o que é considerado “a imagem ideal”. Um bom exemplo é o cabelo crespo e cacheado, meninas e meninos que possuem este tipo de cabelo ainda encontram dificuldades para se enxergarem na sociedade, seja na televisão ou em brinquedos, pois, dentro de uma sociedade que cultua o “embranquecimento”, se torna difícil construir uma identidade baseada no que você realmente é. Por isso, há tantos casos de meninas que se submetem ao alisamento capilar para que, de alguma forma, se sintam dentro do que é considerado “belo” e “aceitável”.

Diante de tudo isso, é possível tornar o espaço da sala de aula um ambiente propício para o fortalecimento da identidade negra, com o docente se fazendo o principal mediador para que a representatividade chegue na escola por meio de estratégias trazendo uma imagem positiva da pessoa negra. O uso da literatura auxilia no abrangimento do protagonismo negro dentro das histórias infantis, favorecendo assim, a imagem negra e contribuindo na autoestima e construção da identidade dessas crianças. Não obstante, é necessário que o docente tenha consciência da importância que sua prática pedagógica tem neste processo de formação, não só escolar, mas também individual e social da criança. Atualmente existem tantos debates e pesquisas relacionadas ao tema que permite uma ampliação de nossas concepções, além de grupos de estudo e cursos em todo o país.

A educação das relações étnico-raciais veio para auxiliar na inclusão social e valorização da população negra, porém, não há como o objetivo ser alcançado se não existe um devido preparo das instituições de ensino e, principalmente, do corpo docente.

Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. (MUNANGA, 2005, p.15)

Ainda assim, encontra-se na educação a esperança de que um dia possamos viver em uma sociedade constituída no respeito e na liberdade de sermos nós mesmos abraçando nossos traços, nossa identidade, nossa história.

## CAPÍTULO II: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

*Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas.*

***(Kabengele Munanga)***

Este capítulo apresenta a discussão acerca da construção desta pesquisa, quais metodologias aplicadas e quais os instrumentos utilizados para a realização do trabalho. Associando a escolha aos objetivos propostos neste trabalho, a argumentação se baseia em estudos científicos, a fim de acrescentar informações pertinentes que descrevam o percurso desta investigação.

### 1. A PESQUISA

Neste capítulo iremos discutir sobre os métodos que foram utilizados para a realização desta pesquisa, assim como os instrumentos selecionados para a coleta de dados e o ambiente no qual se aplicou a pesquisa juntamente com os sujeitos que participaram do estudo. Esta pesquisa seguiu por um caminho dentro do estudo de caso, de acordo com a perspectiva qualitativa.

No meio educacional, a pesquisa qualitativa se faz presente com grande peso, já que, sua natureza possibilita ao pesquisador um aprofundamento no conhecimento do objeto estudado e abertura para novas questões e perspectivas. A partir de questionamentos sobre o uso de pesquisas quantitativas em campos sociais, a partir da década de 1970, estudiosos começaram a buscar metodologias diferentes que pudessem abraçar questões e estudos voltados para as ciências sociais e humanas. Logo, o tipo de pesquisa com perspectivas qualitativas ganhou destaque dentro das pesquisas sociais, sendo induzida pelas linhas de pensamento fenomenológicas, etnometodológicas e etnográficas por exemplo, ambas compreendendo um círculo social abrangente: sujeitos, situações, objetos, ações, comportamentos, entre outros.

O uso do método qualitativo gerou diversas contribuições ao avanço do saber na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo: reconfigura a compreensão da aprendizagem, das relações internas e externas nas instâncias institucionais, da compreensão histórico-cultural das exigências de uma educação mais digna para todos e da compreensão da importância da instituição escolar no processo de humanização. (ZANETTE, 2017, p. 159)

Entretanto, a perspectiva qualitativa não se separa completamente da quantitativa, mesmo existindo pensamentos que as separam, há viabilidade de usar ambas em conjunto. Dentro de uma pesquisa podemos utilizar ambas as perspectivas, pois elas não se isolam e não se restringem a pesquisa como um todo. “Eu reservaria os termos quantitativo e qualitativo para diferenciar técnicas de coleta ou, até melhor, para designar o tipo de dado obtido.” (ANDRÉ, 2009, p. 24)

A partir da natureza qualitativa podemos encontrar diferentes tipos de pesquisas, esta especificamente, se baseou-se no estudo de caso. O estudo de caso é um tipo de pesquisa dentro da concepção qualitativa que busca a compreensão de uma situação em determinado meio causado por questionamentos, proporcionando um aprofundamento dentro do contexto e considerando todas as variáveis possíveis. Além disso, no estudo de caso há uma grande possibilidade de flexibilidade durante a pesquisa, ou seja, o pesquisador pode fazer mudanças em seu trabalho mediante o andar da investigação, ele não fica preso a uma determinada e única estrutura.

Ao longo da pesquisa, o pesquisador pode, pois, mostrar-se mais criativo, mais imaginativo; tem mais tempo de adaptar seus instrumentos, modificar sua abordagem para explorar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso, pois ele não mais está atrelado a um protocolo de pesquisa que deveria permanecer o mais imutável possível. (LAVILLE et al., 1999, p. 156)

Ainda nessa linha, André (2013), traz o estudo de caso como um instrumento bastante válido para a pesquisa educacional, uma vez que, dentro deste tipo de pesquisa o pesquisador terá a possibilidade de ter um contato mais profundo com seu objeto de estudo, podendo fazer um acompanhamento mais detalhado e análises que tragam uma melhor compreensão da temática em sua conclusão, atingindo assim, seu objetivo de pesquisa de forma dialética. Peres e Santos (apud ANDRÉ, 2013), realçam questões que devem ser levadas em consideração ao fazer a escolha do estudo de caso, sendo eles: consciência da frequente movimentação da construção do conhecimento; aspectos diversificados; e visão dialética.

O primeiro, trata-se do pesquisador ficar atento ao que se passa ao seu redor, podendo assim, ampliar sua pesquisa agregando novos fatores e pensamentos com a finalidade de obter uma melhor compreensão do caso. O segundo, refere-se ao uso de variados métodos e

instrumentos para contemplar todos os aspectos presentes, e que venham a aparecer, dentro da pesquisa. E o terceiro, traz a forma como o pesquisador deve se comportar ao construir, escrever e dialogar com sua pesquisa, sabendo abordar tópicos, descrever sujeitos e situações e buscar as fontes necessárias, pois, desta forma, o leitor terá uma melhor assimilação da linha de pensamento do pesquisador.

Isto posto, o processo da pesquisa seguiu a perspectiva apresentada, visando a forma mais adequada de abordagem teórica e prática, para a obtenção dos resultados almejados.

## 2. PROCEDIMENTOS

Inicialmente, foi realizada uma sondagem com o intuito de conhecer autores que debatem este tema e, conseqüentemente, resultados de trabalhos acadêmicos voltados para a discussão do assunto.

Mediante o contexto desta pesquisa, foi utilizado, para pôr esta pesquisa em ação, especificamente a entrevista semiestruturada. De acordo com Minayo (2001), a entrevista semiestruturada acaba por ser uma junção da entrevista estruturada com a não-estruturada, dando maior flexibilidade durante o processo de pesquisa, permitindo ao entrevistado e ao entrevistador abranger e aprofundar um pouco mais a temática. Foi aplicado assim, com as docentes escolhidas, com objetivo de descobrir e compreender sua visão e posição acerca do tema trabalhado.

Portanto, a referida pesquisa foi realizada com profissionais da educação infantil de escolas municipais e privadas do Recife, contemplando suas visões, opiniões e respectivas práticas em relação ao tema proposto, com a finalidade de atingir o objetivo oferecido nesta pesquisa, sendo ele: Compreender a percepção docente sobre educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil.

## 3. METODOLOGIA

Analisar os dados é uma fase complexa da pesquisa que necessita de alta atenção e cuidado, para que os dados sejam devidamente contextualizados com o enredo da pesquisa, atendendo assim, ao seu objetivo central. Para esta pesquisa em questão, a análise utilizada foi a análise de conteúdo e a análise documental.

A análise de conteúdo é uma metodologia de análise de dados que abraça tanto informações quantitativas quanto qualitativas. Ao fazer uso desta metodologia, o pesquisador tem a possibilidade de navegar profundamente naquilo que tem em mãos, sejam textos orais ou escritos, a partir de uma leitura crítica. Algo que esta metodologia requer é a interpretação, pois, uma leitura superficial não é o seu foco e sim uma análise interpretativa dos dados coletados, completando as etapas, para dessa forma chegar a uma conclusão satisfatória e coerente com o objetivo apresentado no projeto.

Os valores e a linguagem natural do entrevistado e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir. De certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação. Esta questão de múltiplos significados de uma mensagem e das múltiplas possibilidades de análise que possibilita está muito intimamente relacionada ao contexto em que a comunicação se verifica. (MORAES, 1999, p.3)

Os documentos são importantes fontes de conhecimento e informações, sendo assim considerados pelos historiadores como fontes históricas. Livros, leis, diários, cartas, entre outros, os documentos acabam por serem um registro da nossa história, sendo séculos após séculos desvendados pela humanidade. Dentro da pesquisa científica, os documentos estão presentes auxiliando os pesquisadores a estudarem determinado objeto de estudo, contribuindo de forma significativa nos resultados finais.

Sendo assim, a análise documental vem para incluir os documentos como fontes de pesquisa e enriquecer o trabalho dos pesquisadores. De acordo com Lüdke e André (1986), a análise documental é um caminho bastante enriquecedor para as pesquisas qualitativas, pois traz “[...] uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. (p. 38)

Ademais, a análise de conteúdo e documental foram aplicadas a esta pesquisa na busca pela compreensão dos dados coletados mediante os relatos das participantes e do PPP de cada instituição, visando uma análise completa em seu contexto e sua linguagem.



### CAPÍTULO III: DADOS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

*Somente uma discussão profunda dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação pode concorrer para a transformação da sociedade.*

*(Eliane Cavalleiro)*

Neste capítulo, daremos continuidade à discussão com base nos relatos das docentes entrevistadas. A partir de suas colocações e com uma base teórica, vamos analisar seus posicionamentos sobre questões dentro e fora da sala de aula, buscando chegar à resposta da questão norteadora desta pesquisa: As professoras se preocupam com questões raciais pensando em uma prática que visa a construção positiva da identidade de alunos e alunas negras na educação infantil?

#### 1. RELATOS DOCENTES

Para a identificação das participantes, usou-se como codinome nomes de personagens negras de livros infantis, colocados na seguinte forma:

- ❖ **Professora Menina Bonita do Laço de Fita**, do livro infantil *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado;
- ❖ **Professora Zuri**, do livro infantil *Amor de Cabelo*, de Matthew A. Cherry;
- ❖ **Professora Sulwe**, do livro infantil *Sulwe*, de Lupita Nyong'o;
- ❖ **Professora Bucala**, do livro infantil *Bucala – A pequena princesa do quilombo do cabula*, de Davi Nunes.

**Tabela 3 – Perfil das participantes**

Pseudônimo	Cor	Formação	Pós-graduação	Atuação	Tempo de atuação	Rede de ensino
Menina Bonita do Laço de Fita	Parda	Pedagogia	Não realizou	Professora	14 anos	Privada
Zuri	Preta	Pedagogia	Psicopedagogia	Professora	11 anos	Privada
Sulwe	Preta	Pedagogia	História da África	Professora	15 anos	Municipal

Bucala	Branca	Pedagogia	Gestão Educativa	Professora	10 anos	Municipal
--------	--------	-----------	---------------------	------------	---------	-----------

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A discussão dos dados vai caminhar dentro de tópicos temáticos, fazendo uma reflexão acerca das falas e trazendo uma base teórica para que possamos enriquecer ainda mais a compreensão dos relatos.

### 1.1 O ser negro e o racismo no Brasil

Para iniciar o diálogo com as docentes, foram introduzidos pontos os quais abordavam as questões raciais dentro do nosso corpo social. Primeiramente, foi solicitado que elas falassem um pouco sobre a sua visão da atual imagem da pessoa negra na nossa sociedade. Eis as respostas:

*Eu não vejo diferença assim, porque o negro, porque o branco [...] a minha convivência do dia a dia sempre tem essa mistura mesmo, então eu não vejo, não enxergo essa diferença né. Eu sempre tive essa convivência de tranquilo, nunca foi uma sociedade pra mim distinta né, digamos \*pausa\* aqui é um grupo de negro aqui outro grupo de brancos, não. (Professora Menina Bonita do Laço de Fita)*

*[...] dentro da sociedade brasileira eu acho bem complicado ainda. A gente que é negro [...] as pessoas quando a gente entra em algum ambiente não é da mesma forma que um branco, isso é muito claro. Se você entra em uma loja a sociedade ainda tá muito tachada que os brancos eles tem um valor a mais que o negro. Eu não sei se isso procede mas, se procede assim, que eles digam que não, mas não, não é a mesma realidade não. Eles... se você entra numa loja eles lhe olham diferente, se você entra num restaurante, com um poder aquisitivo melhor, eles lhe acham, eles acham que você não tem dinheiro pra pagar aquilo. Eu acho que tudo isso ainda tá muito \*pausa\* sabe, muito presente na nossa sociedade. (Professora Zuri)*

*Apesar dos avanços alcançados após anos de discussões acerca da temática, temos um número considerável de pessoas caucasianas e até mesmo pretas, que acham desnecessário falar sobre a problemática e quando o assunto é abordado é considerado "mi mi mi" (fazer drama). (Professora Sulwe)*

*Apesar de ter ocorrido avanços na ocupação de espaços que era exclusivamente de pessoas brancas por parte dos afro-brasileiros ainda precisa oferecer mais oportunidades para compensar a dívida histórica que a sociedade tem com os negros no nosso país. Pois com o fim da escravidão não se deu estrutura para os negros viver com a sonhada "liberdade" permaneceram aprisionados sem condições de trabalho, moradia dignas. Isso ainda é muito atual. E mesmo quando as pessoas negras chegam em cargos ou posições de destaque ainda existe um preconceito velado. (Professora Bucala)*

O posicionamento das professoras traz pontos importantes para refletimos. Na maioria das falas, podemos ver que o que elas trazem reflete muito aquilo que temos de fato ocorrendo em nosso país. O reconhecimento da opressão escancarada em relação a população negra e a dificuldade de posicionamento por parte deles que, como mencionou a Professora Sulwe, é sempre desconsiderada, sendo colocada como um “exagero” um “mi mi mi” como ela mesma coloca. Na fala da Professora Zuri, vemos sua demonstração de um sentimento genuíno de quem sente na pele o tratamento diferente.

Entrando para a questão do racismo no Brasil, a Professora Menina Bonita do Laço de Fita mostrou-se triste pela persistente existência de tais ações, alegando que, sendo o Brasil um país tão diversificado, não há motivos pertinentes para que haja esse tipo de exclusão de um determinado grupo, denominado por ela como “tribos”. Já as demais, ressaltaram a existência do racismo no nosso país e como as pessoas, por não ter medidas concretas de combate, se beneficiam para propagar ódio: “*Eles falam que não existe racismo mas existe*” (Professora Zuri). “*O Racismo no Brasil existe e não acabou junto com a abolição da escravatura. Tanto as marcas da escravidão na sociedade quanto a dívida histórica que esse período trouxe para os afro-brasileiro*” (Professora Bucala). “[...] *vem acontecendo nos últimos anos em grande escala, por conta da postura governamental, muitas pessoas se sentem livres para expressar o desprezo por tudo que diz respeito a cultura e religiosidade afro-brasileira*” (Professora Sulwe).

Diante dessas falas podemos destacar algo em comum: o racismo existe! Porém, sempre haverá quem negue ou quem veja apenas como algo banal. Mas o que podemos fazer diante disto? Gostaria de destacar a fala da Professora Menina Bonita do Laço de Fita, quando diz que não  *enxerga a diferença, não percebe a distinção*. O motivo pelo qual ressalto essa fala, se dá mediante do questionamento: Esse seria o caminho certo no combate ao racismo? A resposta é não. Vivemos em uma sociedade bastante diversificada, fechar os olhos e negar esta diversidade só encobrirá posicionamentos e situações racistas que precisam ser combatidas com seriedade.

É importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso – se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude”. (RIBEIRO, p.30, 2019)

Essa é a melhor maneira de compreendermos as relações raciais, enxergar e compreender a si mesmo e ao próximo, principalmente, quando temos a responsabilidade sobre a educação das crianças.

Trabalhar a questão das diferenças e o racismo existente em nossa sociedade no ambiente escolar se faz primordial para o combate de atos e situações racistas e discriminatórias sob alguma raça, algum povo. Lopes (2005), apresenta em seus argumentos o fato de que mesmo que a escola seja obrigatoriamente para todos, nem todos são incluídos nela. Aqueles que têm oportunidade de ter uma educação muitas vezes não saem preparados para conviver em sociedade, diante de todos os seus aspectos e desafios. Preparar a criança em tempo escolar para conviver em sociedade vai muito além de ensiná-la a dizer *por favor* e *obrigada*, mas sim, colocá-la a parte da real situação em que está inserida. Trazendo para dentro da sala de aula situações e questões para serem trabalhadas dentro do contexto real, possibilitamos que as crianças tenham a oportunidade de se desenvolverem de forma crítica e reflexiva, conhecendo os casos, refletindo sobre eles e buscando uma solução. Dessa forma, poderemos ter cada vez mais futuros cidadãos sabendo conviver com base no respeito diante das diferenças existentes.

## 1.2 Pertencimento étnico-racial

Indo para um lado mais pessoal, foi questionado para as entrevistadas sobre o seu pertencimento étnico-racial e como ele influenciou/influencia o seu cotidiano.

*É como eu tinha falado antes, eu não [...] não tenho nenhum privilégio, nunca tive, [...] nunca percebi isso no meu dia a dia né, sempre foi muito, muito tranquilo, eu nunca tive, nunca percebi \*pausa\* essa distinção, nem essa diferença. [...] (Professora Menina Bonita do Laço de Fita)*

*Sim. Não tem como, não tem como. [...] eu quanto negra eu não posso negar as várias vezes que eu sofri preconceito por conta da minha cor. Mas assim, depois que eu percebi que eu era igual a todos isso daí foi uma guinada [...] pra eu despertar pra querer algo melhor. [...] Antes disso eu poderia continuar minha vida toda sendo empregada doméstica, até o dia que eu disse "não, eu posso algo mais, não é minha cor que vai determinar quem eu possa ser, eu posso ser algo muito maior". Por isso que hoje eu sou professora tudinho porque eu tive que abrir minha mente em relação a isso, porque até então não tinha, porque muitas vezes o preconceito vem da própria família. Porque a pessoa que vem de uma família negra que não é bem estruturada, que não é bem esclarecida, não permite que seus filhos sonhem mais. Então, quando eu resolvi fazer faculdade tudinho em relação a isso eles faziam assim "menina mas não tá bom onde tu está?" Eu era empregada doméstica, eu não tenho nada contra empregada doméstica não, mas eu precisaria, queria ter algo mais. Aí eu fui lutar contra isso, tive que enfrentar muitas barreiras, principalmente em relação a minha família. (Professora Zuri)*

*“Influência em todos meus atos, na minha postura e forma de encarar a vida”*. (Professora Sulwe). *“Como todos nós brasileiros somos miscigenados, tenho na minha família pessoas com a pele mais clara, mais escura”*. (Professora Bucala).

Gostaria de destacar dois pontos das falas das docentes. Primeiramente, vamos falar um pouco sobre *privilégios*. Quando falamos de pertencimento étnico-racial, estamos falando de você se reconhecer dentro de uma etnia (aspectos socioculturais, ancestralidade, língua, tradições, religião) e de uma raça (aspectos fenotípicos). Dependendo de qual seja, é preciso olhar para o peso social que este pertencimento carrega, peso este, que acarreta os privilégios. A relação de um pertencimento étnico-racial com a questão do privilégio é algo bastante notório dentro do nosso corpo social, porém, é preciso entendê-lo para além da generalização, no qual pequenas coisas entram como privilégios como, por exemplo, o simples fato de poder andar em um shopping, entrar em uma loja sem ser observado ou até mesmo seguido, como traz a Professora Zuri na sua fala exposta no tópico anterior: *“[...] se você entra numa loja eles lhe olham diferente, se você entra num restaurante, com um poder aquisitivo melhor, eles acham que você não tem dinheiro pra pagar aquilo”*.

Por isso, ter uma noção clara do seu pertencimento se faz:

[...] importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio. Perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis. (RIBEIRO, p.32-33, 2019)

O segundo ponto é a menção da família na fala da Professora Zuri, que relata o preconceito sofrido partindo de sua própria família, composta, como mencionado em sua fala, por pessoas negras. Como dito por ela, quando temos pessoas ao nosso redor que não tiveram oportunidades de educação, de poderem ampliar o seu conhecimento de mundo, é de fato que encontraremos uma certa relutância em aceitar novos horizontes. *“[...] devemos entender que no próprio grupo familiar se cria um terreno para o estigma se instalar com eficácia, visto que a própria família já está marcada por ele”*. (CAVALLEIRO, 2021, p. 25)

Ao nos depararmos com esta fala da professora, percebemos o que anos e anos de opressão podem causar em uma pessoa, neste caso uma pessoa negra. Esta inferiorização, aceitação do que lhe é imposto é reflexo sim de uma sociedade racista.

Sua fala me fez recordar de um caso ocorrido na Bahia no mês de abril deste ano. De acordo com o G1 (2022), uma mulher foi resgatada de anos e anos de escravidão praticados por

uma família branca. Durante a entrevista com esta senhora, fica perceptível as marcas, não corporais, mas psicológicas deixadas em decorrer dos 54 anos de trabalho escravo. A postura oprimida, a linguagem corporal retraída, com receio de fazer qualquer coisa, e o que chamou a atenção, foi a sua relutância em aceitar pegar na mão da repórter que era branca, alegando: “*Fico com receio de pegar na sua mão branca [...] Porque ver a sua mão branca. Eu pego e boto a minha em cima da sua e acho feio isso*”. E com isso volto aquela fala da professora Zuri: “*Eles falam que não existe racismo, mas existe*”.

### 1.3 Situações de discriminação

Como próximo ponto de discussão, foi levantado a questão da discriminação, se elas já presenciaram alguma situação, seja dentro ou fora da escola. Alguns casos foram relatados. “[...] *uma criança não queria pegar na mão de uma amiga porque a mão dela era grossa, ela era bem negrinha e a mão dela era bem áspera, aí ela dizia que não, que iria sujar a mão dela [...]*” (Professora Menina Bonita do Laço de Fita).

*É, eu tinha uma criança de três anos, ela era muito branquinha, muito, muito branquinha mesmo assim, e ela não queria pegar de jeito nenhum na mão da amiguinha que era bem pretinha, bem negrinha mesmo. E uma vez eu questionei porque ela não quis pegar na mão, aí eu disse: "por que você não quer pegar na mão da sua amiga?" aí ela disse: "porque ela é preta e ela pode me sujar". Aí eu fui explicar pra ela né, a gente parou, no momento a gente tava indo ao parque, e fui conversar com as crianças a respeito disso, que não é a nossa cor que faz a gente diferente não. E foi quando eu questionei: "olha, ela é da mesma cor de tia Ana" e ela chorava compulsivamente dizendo: "não é, você é branca, você é igual a mim e ela é preta" e eu fazia: "não, você tá vendo errado" aí botava a minha pele junto da pele da outra criança e ela fazia: "não não não, você é branca, eu vejo você branca, e ela é preta e você é branca". Foi um ato assim que eu fiquei impressionada. (Professora Zuri)*

*Inúmeros, muitos pelos gestos ou ações, vividas por mim ou pela qual presenciei. Tal como ironizar por eu usar turbante, no espaço escolar. [...] Por estar a pouco tempo nesta unidade não presenciei nada. Mas, na outra unidade, já vi educador não pentear cabelo de uma criança preta por ser crespo e na opinião dela dar trabalho, mas passar vários minutos arrumando e enfeitando o cabelo de uma criança caucasiana. (Professora Sulwe)*

Já a Professora Bucala relatou: “*Nunca presenciei uma situação de racismo*”. Todavia, no ambiente escolar: “[...] *já presenciei entre os estudantes com um tom de brincadeira. Mas sabemos que são atitudes e falas preconceituosas que estão arraigadas na nossa sociedade e se passa como algo comum*”.

Em todas as falas acima, encontramos algo em comum: situações de discriminação em ambiente escolar. A professora Sulwe relatou ações direcionadas a ela, pelo uso do turbante,

acessório bastante utilizado por pessoas com cabelos crespos e cacheados, e que acaba por ser alvo de piadas por estar relacionado à população negra, quando diversos outros acessórios para cabelos são vistos com normalidade. Já as situações presenciadas por ela, me remetem às minhas próprias vivências em instituições de EI, nas quais uma criança com cabelos crespos quase nunca tinha os cuidados necessários, pois, seu cabelo era evitado por ser “difícil” de pentear.

Os relatos das docentes Menina Bonita do Laço de Fita e Zuri se relacionam, pois ambas trabalham na mesma escola e ensinaram as mesmas crianças em sequência, Infantil 2 e Infantil 3. Podemos perceber claramente nos relatos a repulsa que a criança tinha da colega negra, e diante de tal situação, entra o questionamento: Qual deve ser o posicionamento docente? O que uma professora deve fazer em uma situação como esta? E para isso, trago aqui alguns pontos do Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2005), os quais trazem para a educação infantil:

- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais. [...]
- e) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características Etnicorraciais, de gênero e portadoras de deficiência. [...]
- g) Garantir apoio técnico aos municípios para que implementem ações ou políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil. (p. 49-50)

Podemos ver que o(a) profissional que atua na EI possui o direito de ter apoio e acesso a uma formação e material pedagógico de qualidade para que o trabalho, não só em sala de aula, mas sim em toda escola, possa conseguir minimizar situações como a descrita acima. E respondendo ao questionamento, diante das Diretrizes, a escola deve fornecer todo o suporte para que os profissionais saibam fazer uma devida intervenção dentro da sala de aula. Não apenas em situações extremamente escancaradas como esta, mas também, em pequenos atos tidos como “brincadeiras”, pois nestas podem apontar a existência de um racismo recreativo.

A professora Menina Bonita do Laço de Fita relatou que após esse ocorrido ela passou a ter outra prática em sala: “[...]comecei a trabalhar de outra forma com elas de muitas atividades lúdicas e sempre no meu dia a dia eu trazia muito essa menina pra perto de mim pra que ela se destacasse [...]”. Com essa fala da docente, gostaria de trazer uma reflexão sobre esse destaque. O fato da professora ter a consciência de intervir, de ter conversado sobre o

ocorrido, é muito positivo, pois realmente não deve ser deixado de lado uma situação clara de racismo, mesmo que tenha sido praticado por uma criança, e que muitos venham alegar que ela fez isso de forma *inocente*. O ato do destaque precisa ter uma função, uma função não só de buscar valorizar aquela criança que, de certa forma, foi agredida, mas também de trazer o assunto da diversidade à tona, fazendo um trabalho que vise mostrar às crianças as diferenças humanas existentes e o respeito que deve ser dado a isso.

Além dessa intervenção pedagógica da professora, ela também relatou que a escola acionou a família, e aqui gostaria de trazer um ressaltado a palavra *inocente* destacada também no parágrafo anterior. Ao ter um contato com a família, a professora pôde perceber de onde vinha o comportamento da criança. Ora, uma criança de 2 anos não iria ter esse tipo de atitude, e como sabemos bem, as crianças reproduzem aquilo que está a sua volta, então: “[...] a mãe disse que nunca, nunca tinha falado isso, mas a gente percebia que, que sim, porque a criança sempre trazia essas situações, coisas que como, ela como criança sozinha não poderia construir né”. Relata a professora Menina Bonita do Laço de Fita.

Com os relatos de ambas as docentes, Menina Bonita do Laço de Fita e Zuri, pude perceber que não houve muita evolução neste caso, já que a relutância na convivência com a garotinha negra permaneceu pela garotinha branca. O que pude saber sobre este caso, é que, atualmente, a garota negra mencionada se encontra na mesma escola, agora no 5º ano do Ensino Fundamental I, sem nenhum caso de racismo vivenciado atualmente. Já a outra garota, saiu da escola anos atrás.

Com esse caso, é preciso falar da importância da relação família-escola na educação das crianças. A escola está na sociedade para trazer educação para as pessoas, conhecimentos, desenvolvimento intelectual e social. Entretanto, ela não trabalha sozinha. É de grande importância que a família busque colaborar com a educação de seus filhos. Quando isso não ocorre, tem a possibilidade da escola buscar uma forma de dialogar, conscientizar, visando a formação da criança e, por que não, o compartilhamento de informações e conhecimentos para os pais. Mas para que esse conhecimento seja passado, se faz necessário ter uma educação que traga assuntos raciais a debate, colaborando para uma formação docente de qualidade.

#### **1.4 Educação das Relações Étnico-Raciais na graduação**



Diante dos relatos do tópico anterior, qual o preparo que podemos esperar das docentes? Tudo começa com uma formação profissional adequada. Entretanto, não são todas as instituições de ensino superior que garantem isso. Ao serem questionadas sobre o que pensavam da educação das relações étnico-raciais dentro dos cursos de graduação, as respostas foram essas:

*Eu acho que não só nos cursos de graduação, eu acho que deveria vir já desde da Educação Infantil mesmo, entendeu? Eu acho que a gente deveria abranger isso, [...] não só no curso de Pedagogia, todos os outros cursos deveriam [...] oferecer essa disciplina. (Professora Menina Bonita do Laço de Fita)*

*Eu acho que os cursos de graduação assim, hoje, hoje não, já faz um tempo né, favoreceu muito, as pessoas que são negras, favoreceu muito, muito, muito mesmo. Eu acho que o povo aos poucos tem abrido mais sua mente em relação a isso, querendo [...] querendo não né, valorizando mais as pessoas de cor. (Professora Zuri)*

*“Essencial para preparar os futuros profissionais, tem subsídio para combater o preconceito e o racismo”. (Professora Sulwe)*

*Creio que é muito importante esse debate dentro da universidade e nos cursos de graduação para formação de docentes não só em cursos de pedagogia assim como nos cursos de licenciaturas diversas. Pois prepara os futuros docentes em lidar com diversas situações do cotidiano escolar. (Professora Bucala)*

Já sobre a vivência da educação das relações étnico-raciais em sua própria formação, as respostas variaram. *“Tive sim. [...] a gente fazia até danças culturais [...] era bem rico, foi muito prazeroso”. (Professora Menina Bonita do Laço de Fita)*

*Não. [...] As discussões, surgiam discussões aleatórias, como [...] muitas meninas eram já professoras, surgiam muitas discussões em relação ao preconceito. Mas a gente não teve nada, absolutamente nada pra trabalhar essa questão na faculdade, não teve nada. (Professora Zuri)*

*Não tive nenhuma cadeira que contemplasse está temática, nem a de história. A minha professora de história era despreparada, por sinal. Eu e meu grupo provocamos o assunto em várias ocasiões. Estávamos com a lei 10.639/03 sendo afetiva, para complementar fui fazer um especialização na área de e história da África, por conta disso. (Professora Sulwe)*

*Infelizmente no período em que cursei a graduação não tive na grade curricular do meu curso uma disciplina específica sobre educação e as relações étnicos/raciais. E também não fiz nenhuma pós ou cursos voltado para essa temática que é tão importante e necessário na nossa sociedade. (Professora Bucala)*

A educação das relações étnico-raciais vem justamente para trabalharmos a diversidade étnico-racial que existe em nosso país, ou seja, diversidade de culturas, tradições, crenças, características físicas, etc. Como responsável por um processo de ensino, o(a) docente necessita

de uma base que abrace essas questões que são tão importantes quanto ensinar português e matemática, pois ele(a) como educador(a) também auxilia na formação de cidadãos.

E quando pensamos na educação infantil:

O papel central da educação das relações étnico-raciais é fazer visíveis as diferenças, tornando a educação infantil um espaço privilegiado de encontros de culturas, saberes, etnias e sujeitos, afirmando a pedagogia da infância enquanto um instrumento para além da lógica única do colonialismo. (SOUZA; DIAS; SANTIAGO, 2017, p.52)

Se faz necessário para que as crianças aprendam desde cedo sobre sua história, a história de um povo, para crianças negras o seu povo, e que possam ver isso de forma globalizada e não a parte. Trabalhar questões étnico-raciais na educação infantil é deixar as crianças cientes da vasta diversidade que existe no mundo, é ensiná-las, desde cedo, a compreender e a respeitar uma cultura diferente da sua, um fenótipo diferente do seu, e isso os leva a refletir sobre as desigualdades e pensar em mudanças para um futuro menos racista. Além disso, é trazer uma visão positiva sobre quem são e de onde vieram.

Toda criança gosta de ser ouvida, de ser vista como ela é, então, acredito que a educação das relações étnico-raciais é uma porta para que crianças que hoje não se sentem vistas possam ter suas histórias contadas, possam se sentir abraçadas dentro de uma sociedade que fecha os olhos para aqueles que não pertencem ao padrão estabelecido.

### **1.5 Educação antirracista na educação infantil**

Uma educação para as relações étnico-raciais é uma educação antirracista, tendo em vista que, ao trabalharmos as relações raciais com as crianças, estamos colaborando para a formação de futuros adultos que venham a combater o pensamento racista e as situações de discriminação, lutando por uma sociedade mais justa. Dessa forma, ao serem solicitadas para darem seus depoimentos sobre o que pensam de uma educação antirracista, obtive as seguintes respostas:

*Maravilhosa. [...] É excelente. É...eu acho que desde a Educação Infantil, desde o berçário, seria muito interessante já ter algo voltado pra isso, para as crianças elas crescerem [...] tendo consciência que não existe diferença de pessoas por conta de uma cor de pele. Eu acho que deveria realmente ter, a educação ela deveria ser já de berço, essa questão racial. (Professora Zuri)*

*“Quando bem aplicada, levando o educando a refletir e criar opinião sobre a formação do racismo estrutural, já que escola é uma ambiente ideal para ampliar e melhorar o olhar sobre*

*o tema na sociedade, refletido no cotidiano escolar”.* (Professora Sulwe) *“Creio que seja importante essa temática trabalhada nas unidades de ensino, pois se os estudantes fossem trabalhados desde a educação infantil talvez em um futuro próximo a sociedade seja menos preconceituosa”.* (Professora Bucala)

As professoras trouxeram um certo interesse ao expressarem suas opiniões, demonstrando preocupação com a formação das crianças em relação à convivência com a diversidade étnica existente em nossa sociedade. No entanto, ao mesmo tempo percebo em suas falas o quanto esta ideia foge da realidade escolar, ficando apenas em uma expectativa que ainda está longe de se concretizar. Se torna mais compreensível na fala da professora Menina Bonita do Laço de Fita, que ficou um pouco perdida ao responder. Afirmando isso, com base em sua fala, quando afirma que sim, deve ser trabalhado a questão racial em combate ao racismo em sala de aula, mas ao mesmo tempo demonstra que fica *“[...] muito vago, a gente não tem uma direção [...]”*. Atualmente temos em leis, diretrizes e currículos com espaços dedicados a enfatizar uma educação trabalhada no respeito à diversidade étnica, por isso, acredito que o que pode ocorrer é a falta de informação, de preparo, de uma formação continuada adequada, de uma ação concreta ou, até mesmo, falta de interesse da própria escola, o que acaba resultando em falas como a desta professora.

Ainda seguindo esta linha, foi questionado se na escola na qual elas trabalham existia a preocupação em desenvolver ações antirracista, e se estas ações, caso ocorressem, se desenvolviam ao longo do ano letivo ou surgiam somente com a aproximação do Dia Nacional da Consciência Negra.

*Sim, nas unidades nas quais trabalho existe a preocupação de desenvolver alunos conscientes para barrar atitudes preconceituosas na sociedade. [...] nas atividades trabalhadas durante o ano perpassa transversalmente a conscientização acerca da população afrodescendente e sua cultura.* (Professora Bucala)

*“Apenas uso de brinquedos, contação de história e livros com a temática. [...] vários educadores tratam sobre tema ao longo do ano”.* (Professora Sulwe)

*Existe. [...] no Dia da Consciência Negra a gente trabalha aqui muitos livros que eles solicitam que leia para as crianças [...] voltado pra questão racial, então assim, é bem, não só isso né, a psicóloga, a ex psicóloga aqui ela trabalhava muito sobre isso, sobre essa questão do preconceito, a escola aqui trabalha, graças a Deus, eles têm uma mente muito aberta em relação a isso. A ação mesmo é perto da consciência negra, mas, pelo menos o setor que eu trabalho, a gente tem noção de trabalhar isso quase que diariamente com as crianças. Porque, [...] é uma das coisas que a gente anda observando muito na Educação Infantil, que antes não tinha, era muito raro ter uma criança*

*negra aqui, e hoje tem chegado muito mais criança negra, sabe? É, muito mais criança negra, muito mais funcionários também, que antes tipo a cinco, seis anos atrás a única professora negra que tinha aqui na escola era eu, o resto era tudo da limpeza. (Professora Zuri)*

Com a fala da professora Zuri, podemos perceber com a sua história de vida, que houve uma ruptura nas barreiras impostas pela divisão racial do trabalho, pois, ela tomou posse de uma posição a qual por muito tempo não lhe era considerada possível. A professora Menina Bonita do Laço de Fita relatou, em relação a existência de ações na escola: “*Não. Infelizmente não*”. Após esta fala, ela relatou alguns projetos voltados para o Dia da Consciência Negra, porém, ao ser questionada se movimentos como este ocorriam ao longo do ano letivo, sua resposta foi esta: “[...] *a escola não busca trabalhar ao longo dos anos, ela só sinaliza nesse período mesmo*”.

A professora Zuri e a professora Menina Bonita do Laço de Fita trabalham na mesma escola, da rede particular do Recife. Na fala da primeira professora, temos a afirmação da preocupação do setor de educação infantil em trabalhar as relações étnico-raciais com as crianças constantemente. Entretanto, quando vamos para a fala da segunda professora, temos um comentário contraditório. Podemos supor que para a professora Zuri há uma maior preocupação com esta questão em relação as demais professoras?

Outro ponto importante para somar ao posicionamento anterior é a questão do uso de livros de literatura africana e afro-brasileira. Ao serem questionadas se em sua sala de aula existiam livros que trouxessem a imagem, cultura e história da população afrodescendente, as docentes relataram:

*Os livros que foram escolhidos pra sala de aula, vem uma lista de livros, e essa lista de livros a gente seleciona os livros [...] dentro dessa lista de livros eu busco justamente [...] esses livros que trazem essa [...] parte da cultura pra que eles possam vivenciar né, mas não tinha \*pausa\* então eu só podia escolher os livros que estavam dentro daquela lista [...]. Antes do início do ano letivo. A gente solicita a lista de material, aí a gente coloca brinquedos educativos e bota bonecas, porque a gente trabalha muita a socialização através de bonecas, eu peço bonecas brancas, bonecas negras, cabelo liso, cabelo cacheado, mas não vem (risos). (Professora Menina Bonita do Laço de Fita)*

Após sua fala, questionei o porquê desses materiais não serem dados pela escola, a professora apenas disse que eram por motivos “financeiros”. Ora, significaria dizer que os livros de literatura infantil relacionados a cultura afro seriam mais caros do que os demais? Ou seriam apenas ignorados diante dos outros? Entretanto, a professora relata que ela tem a liberdade de trazer os materiais que achar adequados para sua prática pedagógica, e com isso, ela busca trazer

livros e brinquedos, principalmente bonecas, pois é: “[...] uma forma que eles conseguem identificar bem a importância da cor, a importância do cabelo [...]].

Já a professora Zuri relatou:

*Eu tenho alguns livros, eu tenho é O Cabelo de Lelê, a Menina Bonita do Laço de Fita [...] Eu tenho outro que eu não lembro, comprei na livraria Jaqueira, que é inclusive tem a professora da Federal, que ela fez. Sempre que eu tenho a oportunidade de comprar livros voltados pra esse tema eu compro, porque é bem interessante.*

Enquanto dava o seu relato, a professora Zuri compartilhou uma vivência muito interessante que ocorreu com a sua turma de Infantil 4.

*O ano passado aqui na sala uma criança queria um lápis rosa, clarinho, pra pintar uma figura. Aí um criança virou assim, ele virou fez: "Eu não tenho cor de pele pra pintar, eu não tenho cor de pele pra pintar" Por isso que eu acho interessante começar desde de pequeno e de casa. Aí uma criança na sala virou, fez assim: "Ué porque você não pinta de outra cor? Tem o marrom, tem o preto" aí ele fez "Mas não é cor de pele!" Aí ela levantou do lugar dela e disse: "Não existe essa cor de pele. Existe vários tipos de tom de pele. Existe o preto, existe o marrom, existe a cor que você achar. Você está procurando uma cor de pele que não existe." Eu achei fantástico isso. Nisso daí eu vi, as ações que a gente faz na escola assim, que a gente conversa com eles, eu vi que a família também trabalha essa questão, porque a outra criança ela ficou totalmente sem resposta, é tanto que ela deixou o boneco sem cor.*

Isso demonstra o quanto as crianças podem sim, compreender a sociedade multiétnica em que vivem. Elas percebem as diferenças, e esse perceber é internalizado em seu desenvolvimento. Resta saber se este processo de internalização será positivo ou negativo.

A professora Sulwe apenas respondeu que “Sim”. E a professora Bucala relatou que: “Na unidade de ensino existem suportes para trabalharmos a história, cultura dos afrodescendentes. Então, quando necessitamos buscamos os materiais necessários”. Este último comentário, me fez pensar que estes materiais seriam apenas deixados em reserva para serem usados quando “necessitados”, como por exemplo, no Dia Nacional da Consciência Negra, no qual enfatizo a problemática do trabalho de temáticas raciais isoladamente nesse dia, uma vez que, acaba por folclorizar algo tão importante para a aprendizagem das crianças. Além de, não haver de fato um incentivo por parte da coordenação pedagógica para seu uso de forma frequente, sendo assim, incluídos nos planejamentos das docentes.

## 1.6 Educação antirracista e a formação das crianças

Ainda sobre uma educação antirracista, as duas últimas questões vieram para sondar como as docentes enxergam a relação de uma educação antirracista com a formação da criança, principalmente, para a formação da identidade de crianças negras. A professora Menina Bonita do laço de Fita diz:

*Então quando a gente traz essa questão da[...] valorização racial, [...] é a percepção deles, eles não têm muito o que contar, então essa influência termina trazendo algo novo pra eles, então tudo o que é novo eles terminam levando pra casa. [...] eu vejo que é, que essa influência, não é uma influência ruim, é uma influência boa, uma influência construtiva.*

A docente Zuri, afirmou que uma educação antirracista na educação infantil pode sim trazer benefícios para a formação das crianças. Em suas palavras:

*Não só pode trazer, eu não digo que pode trazer não, traz, sabe? Pode trazer, o pode trazer fica uma coisa subtendida, traz. Traz algo muito bom pro desenvolvimento da criança em todos os aspectos. Em todos os aspectos. Eu acredito.*

A professora continua sua fala se sentindo à vontade para compartilhar mais de seu pensamento.

*[...] Quando ela (a criança) se depara com uma professora que tem um cabelo... que tá assim feito o seu, que tem um cabelo feito o meu, que tem o tom de pele feito o meu [...] Sabe? Eu acho que isso desperta no outro a vontade de querer ser igual.*

Trazendo novamente o caso da menina negra que foi vítima de discriminação pela colega branca, a professora relembra:

*[...] tem uma menina lá de cima do fundamental, que ela quando eu entrei na sala de aula, primeira vez, que eu tinha feito uma cirurgia, que entrei na sala de aula, que ela me viu, ela correu, ela fez "Eu amei o seu jeito, porque você é da minha cor" porque a pessoa que tava me substituindo era branca. E ela quando eu entrei, ela se identificou comigo. Isso eu não esqueço mais nunca sabe? [...] São coisas que a gente enfrenta assim no nosso dia a dia que você faz "Caramba".*

Essa sensação de identificação por parte da criança não é à toa. Em comparação com as crianças brancas, crianças negras nem sempre possuem uma imagem de representatividade positiva para se identificarem, se espelharem. E neste caso relatado pela docente, a menina se sentiu representada ao ver alguém pertencente ao seu grupo étnico em um lugar de destaque. O que é maravilhoso, mas ao mesmo tempo preocupante, pois, a professora Zuri é a única funcionária negra do corpo pedagógico do segmento da educação infantil nesta escola de rede particular. E daqui pode-se tirar um ponto a ser refletido: Ainda existe um déficit de professoras negras nas escolas privadas? Acredito que, por certa parte da sociedade, ao se depararem com uma docente negra automaticamente a associam com a escola pública, o que de longe é uma

problemática, contudo, enxergam-na como se não tivesse capacitação suficiente para ensinar na rede particular. E falando sobre capacidade, a professora Zuri ainda diz:

*Hoje, hoje é interessante assim que, hoje eu entro onde eu quiser. Hoje ninguém me barra mais não. Hoje, eu pertenço a um grupo que eu faço parte da igreja, que as pessoas tem um poder aquisitivo muito alto. E uma vez eu tirei uma foto e uma pessoa chegou pra mim e disse assim "Tu percebeu que tu faz parte da cota?" Uma pessoa de fora, que não era do grupo, "Tu percebeu que tu faz parte da cota de racial do grupo?" Eu disse "Não. Eu faço parte porque eu tenho esclarecimento suficiente pra pertencer a esse grupo. Não porque eu tô em cota." Aí ela disse "Olha essa foto, só tem tu de preta" Só tinha eu realmente de preta, eu disse "Eu tô aqui porque eu vim agregar... eu vim somar, não porque me deram uma chance de entrar aqui." Mas as pessoas ainda têm muito essa visão, infelizmente.*

A professora Sulwe fala que, uma educação antirracista na fase da educação infantil

*Tem melhorado, ainda é o papel do profissional que pensar e provocar situações onde o tema possa permear a sala de aula, ainda não há um investimento massivo de material pedagógico que leve em conta a temática. Claro que essas ações ela afeta na formação tanto da criança preta, como a não preta.*

A docente sente que é: *“De fundamental importância, já que o fortalecimento e empoderamento das crianças pretas na educação infantil, tornará estas pessoas capazes de combater o racismo e preconceito existente na sociedade”.*

Já a professora Bucala, acredita em uma educação antirracista ao dizer que: *“É uma ação de grande importância, posto que, os estudantes se enxergariam como seres de direito e capazes de conquistar seus espaços na sociedade, já que esses estudantes são em sua grande maioria de origem negra e crescem com baixa autoestima”.* Além de corroborar para a formação das crianças, pois elas se tornarão: *“[...] adultos e cidadãos mais tolerantes e conscientes da importância da população negra para nossa sociedade e assim respeitará a diversidade”.* Dessa forma, uma educação antirracista desde a educação infantil auxiliaria na construção da identidade dessas crianças: *“[...] pois nas unidades educacionais construiria nos nossos estudantes que são em sua grande maioria afrodescendentes a criar a autoimagem de serem capazes de buscar e ocupar posições na sociedade, sendo assim, criar uma autoestima”.*

A professora Bucala fala muito sobre autoestima da criança negra, e de fato, quando trabalhada adequadamente as relações raciais na sala de aula, acaba por trazer para a criança uma construção positiva de seu pertencimento étnico-racial. Ao trabalhar as relações raciais com as crianças a(o) docente mostra para elas que, sim, as diferenças existem, e que elas devem ser, respeitosa e devidamente, vistas e compreendidas. Tendo em vista que:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros. (CAVALLEIRO, 2021, p. 19)

Dessa forma, deve-se trazer a cultura, a história, referências positivas para que elas internalizem uma visão positiva de si (no caso das crianças negras) e dos outros (no caso das não negras).

### 1.7 Considerações finais das professoras

Ao final da entrevista, perguntei se elas tinham alguma mensagem ou recado que gostariam de deixar. Das quatro entrevistadas, três se disponibilizaram a dizer algo.

Professora Menina Bonita do Laço de Fita

*[...] independentemente de você ser rico ou ser pobre, e acho que dessa forma a gente deveria enxergar, independentemente de ser rico ou pobre, negro ou branco, indígena ou africano, eu acho que as pessoas deveriam ser olhadas do jeito que são, pessoas [...].*

Professora Zuri

*Que as pessoas que tem cor não parem por conta da sua cor. Que a cor não é parâmetro pra nada. Que vá atrás dos seus sonhos, que busquem realmente ser quem você é sem se espalhar tanto porque as pessoas se espelham muito que tem ... é... cabelo liso, ou que tem uma pele branca, que tem isso, que tem aquilo, não. Valorize quem você é. Acima de tudo. Com seu cabelo enrolado, com seu cabelo da forma que for, que você gosta, se ama acima de tudo. Eu acho que quando você descobre a sua identidade, a psicóloga [...] ela dizia assim pra mim, ela fazia " Tu se acha demais" aí eu disse " Eu demorei muito a descobrir que eu me achava demais" Porque eu sempre achava que os outros eram sempre mais do que eu. E hoje eu não permito que ninguém, de verdade eu não quero, eu não quero passar por cima de ninguém, mas também não vou querer que ninguém seja melhor do que eu porque tem uma corzinha, um tonzinho de pele diferente do meu não. Eu sou demais e ponto. Isso me basta.*

Professora Sulwe: “repetir a mensagem atribuída a Mandela, "Ninguém nasce odiando uma pessoa por sua cor da pele...””.

## 2. ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS

Aqui se dará a análise do projeto político pedagógico das escolas onde as professoras entrevistadas trabalham. Das quatro professoras entrevistadas, duas pertencem ao mesmo colégio particular e as outras duas são de creches municipais distintas. Os projetos coletados



são de duas instituições. O PPP da escola particular onde as docentes Menina Bonita do Laço de Fita e Zuri trabalham e o de uma creche municipal onde trabalha a professora Bucala. A creche onde a professora Sulwe trabalha, por ser uma instituição recém-inaugurada, ainda não possui seu PPP.

## **2.1 Instituição privada**

O primeiro projeto analisado foi o da escola particular das professoras Menina Bonita do Laço de Fita e Zuri. O documento é do ano de 2018. A menção às relações étnico-raciais no documento aparecem logo quando são descritos os princípios nos quais a escola se norteia para o seu ensino. Princípios estes, que estão na LDB nº 9.394/1996, onde dos quatorze aparecem nove no projeto da escola, e entre eles está o “consideração com a diversidade étnico-racial”.

Um pouco mais a frente, o documento apresenta os projetos extracurriculares que a escola se propõe a fazer. Aponta que é valorizado as opiniões dos alunos na escolha da temática a ser trabalhada, entretanto, há oito temas já preparados para o desenvolvimento dos projetos, e entre eles está a educação das relações étnico-raciais, dentro das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que promovem o respeito a diversidade multiétnica na nossa sociedade com o ensino da história e cultura dos povos afrodescendentes e indígenas.

## **2.2 Instituição municipal**

Na creche onde a professora Bucala trabalha analisei os projetos dos anos de 2012, 2015, 2017, 2019 e 2022. Em nenhum deles foi encontrado menções a educação das relações étnico-raciais para o ensino da instituição. No entanto, a diretora da creche, a qual me recebeu, me mostrou dois livros que servem de norteadores para o ensino da rede, que são a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, do ano de 2015. Um dos livros, é voltado para a relação da educação com a tecnologia, já o segundo, é para a educação inclusiva.

No primeiro livro, por ser voltado para questões tecnológicas, não encontrei nada relacionado às discussões das relações raciais. Já o segundo, possui um pequeno tópico de discussão voltado para a temática, dentro de “Educação Inclusiva e Diversidade”, nomeado “Relações étnico-raciais e educação inclusiva: reaprendendo a olhar”.

A discussão do tópico não leva nem uma página e meia, e fala sobre a inclusão do debate das relações étnico-raciais dentro das instituições de ensino, levando o conhecimento dos povos afrodescendentes dentro dos aspectos históricos, culturais e artísticos, promovendo o respeito à diversidade étnica presente em nosso país e a inclusão desse povo ainda marginalizado pela sociedade.

Mesmo tendo pouco espaço dentro do documento, a discussão do assunto é bastante interessante e muito relevante para o corpo pedagógico das instituições no que diz respeito ao direcionamento do ensino. Logo no início, temos:

O paradigma da Educação Inclusiva apresenta, dentre outros princípios, o respeito às diferenças e à diversidade de grupos minoritários. Sob esta perspectiva, a escola tem como função social combater qualquer forma de discriminação. (BARROS; SOUZA, 2015, p. 17)

Sob esta perspectiva, o documento traz como embasamento a Declaração de Salamanca (1994), a qual traz práticas, política e princípios para a educação de pessoas com deficiência, e o livro traz a declaração como meio também de incluir estudantes “[...] de origem remota, ou de população nômade, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, ou de outros grupos marginalizados”. (BARROS; SOUZA, 2015, p. 17) Contudo, ao pesquisar e ler a Declaração de Salamanca, não reconheci em nenhum momento, palavras que me levassem a crer que a declaração abraça a questão étnica.

Seguindo com o conteúdo do livro, é perceptível que as organizadoras tiveram o bom senso de tratar a temática dentro da realidade enfrentada nas escolas. O livro foi organizado há 7 anos atrás, não faz muito tempo, e mesmo assim, as palavras que elas usaram, perpetuam até os dias atuais.

Importa mencionar, como um dos entraves, que a sociedade e a instituição escolar têm tido dificuldade em valorizar e reconhecer as diferenças, conseqüentemente, pouco têm contribuído para a formação das identidades individuais. (BARROS; SOUZA, 2015, p. 17)

Isso é algo que claramente vemos dentro das escolas do nosso país, tanto na rede pública quanto na privada. Acredito que também caiba a dificuldade em enxergar, porque há aqueles que reconhecem, mas relutam em enxergar, alegando uma “igualdade” e ignorando toda carga histórica, social e cultural que um grupo étnico tem, destruindo assim, a construção de uma identidade positiva da pessoa discriminada. E, se tratando especificamente da população negra, o que mais impacta, é saber que: “Se o acesso, à educação representa um direito de todos os

cidadãos, é contraditório o espaço escolar não estar preparado para receber crianças negras, essencialmente em um país de maioria negra”. (CAVALLEIRO, 2021, p. 101)

Mesmo as organizadoras trazendo as legislações que trazem a comprovação de um espaço conquistado pelo Movimento Negro, como a lei nº 10.639/03 e o parecer CNE/CP 1/2004, elas continuam a reconhecer a dificuldade que é o trabalho escolar para com a educação das relações étnico-raciais, o qual deve ser pautado em uma ampla reflexão acerca do preconceito e discriminação sofridos pelos grupos marginalizados pela sociedade.

Percebe-se que a educação das relações étnico-raciais é reconhecida e incluída nos planejamentos das instituições acima mencionadas, sendo dentro do próprio PPP ou de documentos norteadores da rede. Contudo, não basta estar presente em papel, precisa ser colocado em prática constantemente, caso contrário, em vão foi toda luta da população negra para a conquista de espaço dentro da educação nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O falar não se restringe ao ato de emitir  
palavras, mas de poder existir.*

*(Djamila Ribeiro)*

A essência dessa pesquisa tem muito a ver não só com o meu eu profissional mas busquei também colocar o meu eu criança/adolescente, o que eu não tive e poderia ter tido, então, de certa forma, me enxergo nessas crianças e como professora pretendo dar para elas tudo o que não tive. Resgatar uma identidade é um processo gradativo, uma identidade negra é ainda mais, por mais que atualmente já tenhamos uma representatividade bem mais positiva, ainda existem várias barreiras a serem derrubadas, e nesse processo o(a) educador(a) se faz um dos personagens principais.

Ao iniciar este projeto meu objetivo era compreender, nas docentes, o conhecimento e a visão acerca de temáticas raciais, tendo em vista a relevância do assunto e de sua discussão dentro do processo educativo de um ser humano. Com o questionamento sobre a existência de uma preocupação em trabalhar uma educação para as relações étnico-raciais na educação infantil, apliquei questionários e realizei entrevistas, as quais me levaram a conhecer um pouco da relação docente com questões como o racismo, a discriminação racial, a representatividade e a identidade negra dentro das salas de aula.

Em minhas metas, procurei examinar os relatos das docentes e analisar como o trabalho pedagógico pode contribuir para uma educação antirracista. Não houve nenhuma ação a qual pude observar, porém, a partir dos relatos coletados e das leituras realizadas, pude perceber o quão importante é colocar em destaque a diversidade étnico-racial. As professoras falaram muito do uso de livros como o Menina Bonita do Laço de Fita e O cabelo de Lelê, ambos com personagens negras trazendo um destaque positivo para a cor preta e os cabelos crespos. Ao trabalhar uma história, um(a) personagem que possui características e traços negros, as docentes levam para as crianças uma imagem positiva e não estereotipada da pessoa negra e da cultura afro-brasileira. Outro ponto abordado foram as intervenções dentro da sala de aula. As professoras Menina Bonita do Laço de Fita e Zuri relataram situações discriminatórias em suas turmas de infantil 2 e 4, as quais foram tratadas com relevância, buscando educar a criança que deferiu o ato. Contudo, há outras possibilidades que poderiam ter sido realizadas em relação a isso.

Em minha última meta, coloquei a reflexão sobre a importância da educação das relações étnico-raciais na educação infantil. Aqui, posso dizer que consegui trazer uma boa discussão sobre o assunto e a sua relevância dentro do âmbito educacional. Com os dados coletados, pude trazer a realidade para discussão e perceber que a educação antirracista na educação infantil precisa ganhar mais espaço, com momentos de formação continuada que devem refletir na prática pedagógica docente e num trabalho sistemático de discussão das relações étnico-raciais na EI.

Ao final de todo o processo, posso concluir que sim, essa preocupação que me levou ao questionamento existe e ficou evidente no decorrer de todo diálogo das entrevistas realizadas. Entretanto, há um certo despreparo por parte delas em relação ao trabalho dessas questões na sala de aula, além de, pelo que eu pude perceber em suas falas, certo desinteresse por parte da própria instituição.

Quando falo desse despreparo, me refiro ao modo como as abordagens são feitas e nas intervenções, ou na falta delas, ao sinal de uma situação de discriminação. Das quatro docentes entrevistadas, duas exemplificam o que mencionei anteriormente. Uma percebe essa falta de direcionamento, a falta de uma orientação adequada, e a outra desconsidera certas falas das crianças colocando-as em um nível de normalidade. Pude perceber também, uma maior inclinação a trabalhar questões étnicas e raciais com a aproximação do Dia Nacional da Consciência Negra, isso acaba por deixar a abordagem muito limitada e direcionada a uma única situação, folclorizando a data em questão. Pela fala de algumas professoras, o material utilizado por elas para trabalhar estas questões vem de iniciativa própria, o que deixa o questionamento sobre o porquê esses materiais não são incluídos no material solicitado no início do ano letivo ou disponibilizados pela escola.

O que posso deduzir, é que ainda existe um longo caminho a ser percorrido em relação ao trabalho da educação das relações étnico-raciais dentro das instituições, em específico na EI. A aprendizagem é algo que ocorre não somente dentro da sala de aula, é algo que acontece constantemente desde o nosso nascimento. Muito se faz necessário, inserir dentro dos processos de ensino e aprendizagens o contexto do aluno, contexto esse, social, cultural, econômico, entre outros, para que a formação se dê, não só de forma conteudista, mas também integrada com o interno (pessoal) e o externo (social).

Por isso, esse processo educativo liderado pelas docentes necessita de um planejamento adequado e, principalmente, de uma orientação e um preparo por parte da coordenação pedagógica, pois, dessa forma, poderia haver uma prática mais frequente e mais rica. O ser negro(a) no Brasil é algo complexo e se descobrir negro(a), assumir a identidade é mais complexo ainda. O trabalho educativo na escola tem uma função nisso. A escola tem certo poder na quebra de padrões, no enriquecimento da pluralidade étnico-racial, o que falta é trazer essas questões para pauta de forma mais frequente, aplicar no dia a dia pequenas coisas que venham a fazer uma diferença e que enriqueçam o desenvolvimento daquela criança, além de saber intervir em situações de discriminação e trabalhar em cima disso pedagogicamente, porque essa, infelizmente, é a realidade fora dos muros da escola, e nós como educadores temos o poder de mudar isso com a educação.

Com a finalização desta pesquisa, sou tomada por um misto de sensações: prazer em trabalhar com algo significativo para mim, orgulho de tudo o que eu fiz ao longo de todo o processo e um sentimento de ir além. Como formanda prestes a ganhar o título da docência, essa pesquisa diz muito sobre a educadora que almejo ser. Ao entrar no universo acadêmico e começar a ter minhas próprias experiências práticas me deparei com situações que me levaram a inquietações que, por consequência, me inspiraram a pesquisar sobre isso. Deste modo, ao longo de todo o processo, afirmo que aprendi muito como estudante e como profissional, e levo comigo uma frase que minha professora, Irenilda de Souza Lima, uma vez disse: *“Floresça onde foi plantada”*, e assim pretendo, florescer movida pela esperança de dias melhores para aqueles(as) que serão o futuro deste país.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A abordagem qualitativa de pesquisa. In: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 16.ed. Campinas: Papirus, 2009.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BARROS, Jacira Maria L'Amour Barreto de; SOUZA, Katia Marcelina de (org.). **Educação Inclusiva: múltiplos olhares**. Recife: Secretaria de Educação, 2015.

BATISTA, Robin. **Estética negra empodera, sim. Porque não dá para enfrentar o racismo quando você ainda se odeia**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/estetica-negra-empodera-sim-porque-nao-da-para-enfrentar-o-racismo-quando-voce-ainda-se-odeia/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (2003). Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2004. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/488171](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/488171). Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Brasília: MEC/SECADI, UFSCar. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Hist%C3%B3ria-e-cultura-africana-e-afro-brasileira-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-livro-do-professor.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. MEC/SECAD/SEPPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para a Formação de Professores**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_eticoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf). Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**, Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CIAMPA, Antônio da Costa. As categorias fundamentais da Psicologia Social: identidade. In: LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. P. 58-74.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Jeruse Romão (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. 6. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005. Cap. 1. P. 21-34.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Artmed/Editora UFMG, 1999.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Cap. 11. p. 185-200.

LÜDKE, Menga; ÁNDRE, Marli E. D. A.. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.



LUZ, Iza Rodrigues da. Contribuições da sociologia da infância à Educação infantil. **Paidéia**, Belo Horizonte, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fase de trabalho de campo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998. P. 108.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 18, n. 50, p. 51-66, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142004000100005>.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005. 206 p. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf&ved=2ahUKEwiRofWunK70AhV1IJUCHcFND-gQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw3lJQyNQMpBk8cEUoR3ObdN](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf&ved=2ahUKEwiRofWunK70AhV1IJUCHcFND-gQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw3lJQyNQMpBk8cEUoR3ObdN). Acesso em: 06 out. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **13 de maio uma mentira cívica**. Discurso proferido pelo Senador Abdias Nascimento por ocasião dos 110 anos da Abolição no Senado Federal. Brasília, 1998. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/abdias-nascimento-13-de-maio-uma-mentira-civica-2/>. Acesso em: 06 out. 2020.

NEGREIROS, Dalila Fernandes. **Educação das relações étnico-raciais: análise da formação de docentes por meio dos programas Uniafro e Africanidades**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Fiocruz, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS. São Paulo, 2008. p. 1-9.

**PANTERA NEGRA.** Direção: Ryan Coogler, Produção: Kevin Feige. Produção: Marvel Comics. Trilha Sonora: Ludwig Göransson. Duração: 135 minutos. Distribuição Brasileira: DISNEY/ BUENA VISTA, Estados Unidos, 2018.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: Jeruse Romão (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** 6. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2005. Cap. 1. P. 35-47.

RESGATADA de trabalho análogo à escravidão na BA chora ao tocar em mão de repórter: 'Receio de pegar na sua mão branca'. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/28/resgatada-apos-trabalho-analogo-a-escravidao-na-ba-se-assusta-apos-tocar-em-mao-de-reporter-receio-de-pegar-na-sua-mao-branca.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALAMUNES, Nara L. C..Observação na pesquisa e na intervenção educacional – a busca da coerência operacional. **Cadernos UFRGS**, p. 1-9, mar. 2004.

SANTOS, Angelita Lopes; TONIOSSO, José Pedro. Relações étnico-raciais na educação infantil: a. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro – SP**, p. 1-14, 2016.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO NEGRO E AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL. **Cadernos Penesb: Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Niterói**, v. 10, p. 1-200, 2010. Disponível em: <http://cra-ma.org.br/ead/phocadownload/educaodiversidadecultural/PENESB%2010.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <https://servico-social-na-comunidade.webnode.com/files/200000221-c9f7bcaeff/DICION%C3%81RIO%20DE%20CONTEXTOS%20HIST%C3%93RICOS.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

SILVEIRA, Daniel. **Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz IBGE.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados->

[pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml](#). Acesso em: 07 jul. 2020.

SOUZA, Ellen Gonzaga Lima; DIAS, Lucimar Rosa; SANTIAGO, Flávio. Educação Infantil e Desigualdades Raciais: tessituras para a construção de uma educação das/nas relações étnico-raciais desde a creche. **Humanidades e Inovação**, [s. l], v. 4, n. 1, p. 46-55, 2017.

TEIXEIRA, Mariana Castro. ALTERIDADE & IDENTIDADE EM PARA ENTENDER O NEGRO NO BRASIL DE HOJE, DE KABENGELE MUNANGA E NILMA LINO GOMES. **Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte**, v. 2, n. 2, p. 266-300, 2017.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 65, p. 149-166, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.47454>.

ZERO, Arethusa Helena. Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica, Anais... Caxambu: ABPHE**. 2003.

## APÊNDICE

Apêndice A - Protocolo de identificação.

### PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome completo; Faixa etária; Formação; Atuação; Rede na qual trabalha: pública ou privada; Tempo de atuação; Declaração racial e religiosa.

Apêndice B- Roteiro de entrevista aplicado aos professores.

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### 1º Momento (Início)

- Acolhimento dos sujeitos a serem entrevistados.
- Agradecimento pela participação.
- Apresentação da pesquisa: qual o objeto/campo pesquisado?
- Conhecimento dos sujeitos: o perfil profissional (formação; área de atuação na modalidade de ensino).

#### 2º Momento (Desenvolvimento)

- Pontos a serem levantados: **Questões raciais: relação social e pessoal**
- As questões raciais em nossa sociedade.
- A convivência com as questões raciais. (Experiência pessoal)
- Pontos a serem levantados: **Questões raciais e a Educação Infantil**
- A Educação Infantil e a construção da identidade durante a infância.
- Educação Infantil e Educação antirracista.
- Pontos a serem levantados: **Questões raciais e a prática docente**
- Perspectiva docente.
- Posicionamento em relação a atos de racismo e discriminação.
- O trabalho em sala de aula.

#### 3º Momento (Encerramento)

1. Agradecimento pela participação.

## ANEXOS

Anexo A - Termo de consentimento livre esclarecido



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr.<sup>a</sup> ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada Educação Infantil antirracista: análise da perspectiva docente, integrante do **Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação**, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal, compreender a perspectiva docente sobre educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil e **será realizada por Laryssa Pereira da Silva, estudante do referido curso.**

Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário e entrevista, com utilização de recurso de Google Forms, gravador e documento word, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

#### Consentimento pós-informação

Eu, \_\_\_\_\_, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participarei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do/a participante

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do/a pesquisador/a